



Presidência da República  
Casa Civil  
Agência Brasileira de Inteligência

## TERMO DE REFERÊNCIA

IN SGD/ME Nº 01/2019, Art. 12

### 1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O objeto do presente Termo de Referência é a contratação de solução de auditoria, gestão, automação, monitoração e delegação do gerenciamento de serviços do AD (Microsoft Active Directory), servidores de arquivos (Microsoft File Server) e servidor de e-mail (Microsoft Exchange), além de solução de gerenciamento de identidades privilegiadas, incluindo para todas as soluções, serviço de implantação, treinamento, garantia e suporte técnico para 12 (doze) meses, conforme condições, especificações técnicas, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL	COTA
<b>Grupo 1</b> Solução de Auditoria Interna de Rede	1	Renovação Varonis DatAdvantage for Windows File server para 12 meses	27502	UND	1.300	R\$161,76	R\$210.288,00	NÃO
	2	Renovação Varonis DatAdvantage for Active Directory para 12 meses	27502	UND	400	R\$165,57	R\$66.228,00	NÃO
	3	Renovação Varonis DatAdvantage for Microsoft Exchange para 12 meses	27502	UND	400	R\$164,68	R\$65.872,00	NÃO
	4	Renovação Varonis DatAlert para 12 meses	27502	UND	1.300	R\$175,32	R\$227.916,00	NÃO
	5	Expansão Varonis DatAdvantage for Windows File server para 12 meses	27502	UND	100	R\$404,77	R\$40.477,00	NÃO
	6	Expansão Varonis DatAdvantage for Active Directory para 12 meses	27502	UND	1.000	R\$417,74	R\$417.740,00	NÃO
	7	Expansão Varonis DatAdvantage for Microsoft Exchange para 12 meses	27502	UND	1.000	R\$406,58	R\$406.580,00	NÃO
	8	Expansão Varonis DatAlert para 12 meses	27502	UND	100	R\$416,39	R\$41.639,00	NÃO
	9	*Operação Assistida	27510	HORAS	250	R\$294,91	R\$73.727,50	NÃO
<b>Grupo 2</b>	10	Solução de Portal de permissionamento para 12 meses	27014	UND	1	R\$954.641,88	R\$954.641,88	NÃO

GRUPO Portal de Gerenciamento de Identidades Privilegiados	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL	COTA
	11	*Operação Assistida	27510	HORAS	250	R\$350,46	R\$87.615,00	NÃO
						<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO</b>	<b>R\$2.592.724,38</b>	

## 2. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO DE TIC

### 2.1. Características

2.1.1. **GRUPO 1 - Solução de Auditoria Interna de Rede:** atualização e ampliação das licenças de sistema de auditoria. A CONTRATANTE possui licenças perpétuas do software Varonis DatAdvantage, sem atualização e suporte desde julho de 2019, a seguir descritas:

2.1.1.1. **Varonis DatAdvantage for Windows File Server para 1.300 usuários;**

2.1.1.2. **Varonis DatAdvantage for Directory Server para 400 usuários;**

2.1.1.3. **Varonis DatAdvantage for Exchange Server para 400 usuários;**

2.1.1.4. **Varonis DatAlert Suite para 1.300 usuários;**

2.1.1.5. Assim, será permitido ao proponente a regularização do parque vencido de licenças perpétuas com fornecimento de garantia e atualização, juntamente com as licenças dos usuários adicionais (expansão), nivelando o tempo da garantia e atualização para todas as licenças, totalizando a quantidade de usuários descritos na tabela abaixo para o período exigido;

2.1.1.6. A quantidade de licenças é justificada devido ao número de servidores da Agência, que recentemente teve uma expansão em seu quadro de pessoal, totalizando aproximadamente 1.400 servidores;

2.1.1.7. A solução deverá permitir auditar, controlar, gerenciar e monitorar as ações dos usuários, dos serviços de administração de diretório de usuários, servidor de arquivos, e-mail e outros, bem como prevenir ações e comportamentos suspeitos em tempo real, e proteger os dados;

2.1.1.8. A CONTRATADA deverá realizar, quinzenalmente, análise comportamental (HealthCheck) e apresentar relatório com o diagnóstico de cada ocorrência.

2.1.2. **GRUPO 2 - Portal de Gerenciamento de Identidades Privilegiadas:** contratação de solução de portal de gerenciamento de identidades privilegiadas e operação assistida. A solução deve:

2.1.2.1. Possuir armazenamento seguro e controle de credenciais não pessoais e privilegiadas em Servidores Linux/Unix, Windows, Sistemas, Aplicações Web, Bancos de Dados, Estações de Trabalho e Dispositivos de Rede, totalizando 100 usuários ou 6.550 dispositivos;

2.1.2.2. Suportar 300 Servidores Linux/Unix e Windows;

2.1.2.3. Suportar 250 ativos de rede;

2.1.2.4. Suportar 3.000 Estações de Trabalho;

2.1.2.5. Deve permitir que até 80 usuários estejam conectados simultaneamente;

2.1.2.6. Este quantitativo foi estimado levando em conta a infraestrutura local, incluindo, analistas de infraestrutura, desenvolvedores, analistas de rede e servidores do órgão que possuem acesso privilegiado. Além disso, as quantidades de dispositivos são com base na topologia atual e mapeamento realizado pela equipe técnica.

### 2.2. Classificação dos bens/serviços

2.2.1. Devido à padronização existente no mercado, os bens e serviços de tecnologia da informação aqui pretendidos, atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado estando. Assim, os bens/serviços objeto desta contratação são classificados como bens comuns na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002.

2.2.2. A contratação:

2.2.2.1. Atende ao Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, pois os serviços a serem contratados não se enquadram na lista de vedações apresentadas pelo art. 3º.

2.2.2.2. Enquadra-se nos pressupostos da portaria Nº 443, de 27 de dezembro de 2018, que estabelece os serviços que serão preferencialmente executados de forma indireta.

2.2.2.3. Os serviços de tecnologia da informação e prestação de serviços de informação foram contemplados no inciso XXIII do art. 1º da referida Portaria. O parágrafo único, também do art. 1º, estabeleceu ainda que outras atividades que não estejam contempladas na lista apresentada na Portaria

poderão ser passíveis de execução indireta, desde que atendidas as vedações constantes no Decreto nº 9.507, de 2018.

### 2.3. **Reserva de cotas**

2.3.1. Não foram reservadas cotas para este certame em decorrência das características do objeto que, em análise similar, impedem o parcelamento da solução em itens a serem fornecidos por licitantes distintos, conforme detalhado na justificativa de não parcelamento da solução, item 3.4 deste Termo de Referência. Logo, não haverá cotas reservadas quando forem adjudicados aos licitantes qualificados como microempresas ou empresas de pequeno porte, nos termos do art. 8º, §4º, do Decreto n. 8.538, de 2015.

## 3. **JUSTIFICATIVAS DA CONTRATAÇÃO**

### 3.1. **Contextualização e Justificativa da Contratação**

3.1.1. Soluções de auditoria de dados estruturados e não estruturados endereçam requisitos de TI, bem como os requisitos das áreas de riscos e controle. A solução oferecerá funcionalidades para todos os casos de uso, descobrindo contas e dados em sistemas, dispositivos e aplicativos para gerenciamento subsequente, protegendo e isolando, monitorando, registrando e auditando sessões, comandos e ações de acesso. Além disso, delegação, controle e filtro de operações privilegiadas que um administrador pode executar e integração robusta de autenticação para garantir os níveis de confiança e reponsabilidade pelo acesso. Por fim, funcionalidades para serviços e aplicativos também são englobadas, como gerenciamento de dados, contas e sessões e gerenciamento de elevação e delegação de privilégios e permissionamento.

3.1.2. Sendo assim, para atingir os objetivos estratégicos e de negócio e suprir as demandas, a TI tem que necessariamente estar apoiada em práticas, normas e ferramentas que propiciem a gestão dos permissionamentos e privilégios, pois de outra forma, seriam majorados os riscos de TI e consequentemente, os riscos operacionais envolvidos nos processos de sustentação dos serviços. Neste sentido, a pretensa aquisição justifica-se para melhor controle dos acessos por contas, dados e permissionamentos viabilizando a rastreabilidade dos autores responsáveis por atos praticados, inclusive, preservando as evidências e garantindo a auditabilidade das ações.

### 3.2. **Alinhamento aos Instrumentos de Planejamento Institucionais**

3.2.1. A relação entre a contratação e o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicações e o seu respectivo alinhamento com os Objetivos Estratégicos da ABIN foram elencados no Documento de Oficialização da Demanda (0839482).

### 3.3. **Estimativa da demanda**

3.3.1. A relação entre a necessidade da contratação e as respectivas quantidades foram explicadas no item **Estimativa da demanda - quantidade de bens e serviços** do Estudo Técnico Preliminar - TI (0839494).

### 3.4. **Parcelamento da Solução de TIC**

3.4.1. A contratação envolve soluções e serviços que poderão ser fornecidos por licitantes distintos, desde que respeitado o estabelecimento dos grupos mencionados na tabela do item 1.1 deste Termo de Referência. Assim, a contratação será parcelada em dois grupos da seguinte maneira:

#### 3.4.1.1. **GRUPO 1 - Solução de Auditoria Interna de Rede:**

- I - Serviço de Auditoria;
- II - Serviço, implementação, configuração e transferência de conhecimento para a solução de proteção de servidores Windows e Linux, período de 12 (doze) meses, aplicação servidor;
- III - A CONTRATADA deverá realizar, quinzenalmente, análise comportamental (*HealthCheck*) e apresentar relatório com o diagnóstico de cada ocorrência.

#### 3.4.1.2. **GRUPO 2 - Portal de Gerenciamento de Identidades Privilegiadas:**

- I - Solução de gerenciamento de acessos privilegiados (Privileged Access Management - PAM) pelo período de 12 (doze) meses;
- II - Serviço, implementação, configuração e transferência de conhecimento para solução de gerenciamento de acessos privilegiados, pelo período de 12 (doze) meses.

3.4.1.3. A contratação foi dividida da maneira exposta anteriormente, em razão de que os dois primeiros itens precisarem ser, necessariamente, fornecidos pelo mesmo fornecedor (Grupo 01), uma vez que a solução de auditoria que integrará o corpo de hardware da CONTRATANTE, mais precisamente, as estações de trabalho e os dispositivos móveis, precisam ser compatíveis com a solução de proteção dos servidores utilizados, quais sejam, Windows e Linux. A contratação dessas duas soluções individualmente teria como consequência uma inefetividade das ferramentas, que precisam operar em conjunto. No mesmo diapasão, incorre a necessidade do próprio fornecedor da solução prestar o serviço de sua implementação, configuração e transferência de conhecimento, a fim de seja assegurada a integralidade do funcionamento da solução adquirida.

3.4.1.4. No mesmo sentido, ocorre o agrupamento dos itens do Grupo 02. A solução de gerenciamento

de acesso privilegiado não precisa se comunicar com os itens do grupo 1, por isso está prevista em grupo distinto. No entanto, por se tratar de solução com elevado grau de complexidade, faz-se necessária a contratação do serviço de implementação e configuração, bem como de treinamento para a sua operação. O treinamento deve, obrigatoriamente, ser ministrado pelo mesmo fornecedor da solução, pois apenas este terá know-how suficiente para o seu manuseio, instruindo os servidores do CEPESC quanto a sua forma de utilização.

### 3.5. Resultados e Benefícios a serem alcançados

3.5.1. Conforme Estudo Técnico Preliminar, com a aquisição proposta, pretende-se:

- a) Manter as diretrizes de TIC alinhadas aos Objetivos Estratégicos estabelecidos no Planejamento Estratégico 2022-2026 da ABIN;
- b) Promover o uso de recursos tecnológicos que garantam agilidade e eficácia na consecução das atividades da Agência;
- c) Garantir a disponibilidade, a integridade, a confidencialidade e a autenticidade das informações;
- d) Permitir o gerenciamento e/ou execução de operações sigilosas de segurança para identificar ameaças ou acompanhar ocorrências de comprometimento ou violação da segurança orgânica. Neste sentido, ao registrar as ações dos servidores da CONTRATANTE nas redes e provedores internos, a solução em questão permite o acesso a dados negados de alvos de operações de segurança;
- e) Melhorar a capacidade de gestão da segurança da informação, implementando controles adicionais e gerando informações que apoiem ações no sentido de incrementar a segurança dos dados e informações armazenados no ambiente de TI da CONTRATANTE;
- f) Garantir a segurança do ambiente de Tecnologia da Informação e Comunicação da CONTRATANTE, tornando-o mais seguro e confiável;
- g) Permitir um controle adequado aos acessos privilegiados de servidores.

3.5.2. A gestão dos logs de auditorias e monitoramento adequado do ambiente de TI representa ganhos significativos para a infraestrutura de TI da Agência, tais como:

- a) Registro dos acessos a arquivos realizados por cada usuário do ambiente;
- b) Registro da utilização do serviço de e-mail institucional, com possibilidade de rastreamento de mensagens acessadas ou enviadas por um grupo de servidores, incluindo visibilidade sobre arquivos anexados;
- c) Monitoramento de comportamentos anômalos no ambiente ocasionados por acessos privilegiados ou ataques de malwares que possam estar presentes no ambiente;
- d) Monitoramento e auditoria das Estações de Trabalho (endpoints);
- e) Gestão de acesso, monitoria e auditoria de acessos remotos ao ambiente de TI;
- f) Possibilidade de geração de relatórios, de maneira tempestiva, que possam apoiar decisões de políticas de segurança na Agência e ações de ampliação de controle aos serviços de TI.

3.5.3. Além da renovação e expansão da solução de auditoria, a contratação de uma solução de controle e gestão de contas privilegiadas centralizará e permitirá uma gestão dos usuários de vários sistemas críticos, trará maior administração, gestão e auditoria de acessos à rede corporativa e a todas as informações acerca dos diversos sistemas existentes no parque tecnológico, bem como aos diversos sistemas disponibilizados para o Órgão.

### 3.6. Da indicação da marca/modelo da solução

3.6.1. A indicação de marca neste procedimento licitatório se dá por questões de compatibilidade e encontra respaldo no inciso I do Art. 15 da Lei nº. 8.666/93:

*Atender ao princípio da padronização, que **imponha compatibilidade de especificações técnicas** e de desempenho, observadas, quando for o caso, as condições de manutenção, assistência técnica e garantia oferecidas.*

3.6.2. A contratação de produtos Varonis visa atender à padronização técnica com o ambiente atualmente existente na CONTRATANTE. Como a solução existente ainda atende às necessidades da ABIN é importante que a ampliação das capacidades esteja alinhada e seja compatível com os produtos já em uso na Agência, garantindo a conformidade de especificações técnicas e de desempenho entre elas.

3.6.3. Neste sentido, adoção ou a implantação de outra solução apenas para ampliar as capacidades existentes comprometeria o ambiente de auditoria de TIC já existente, em virtude da utilização de ferramentas distintas e incompatíveis entre si. Assim, a indicação de marca não viola o disposto na Súmula nº 270 do TCU, que preceitua que "em licitações referentes a compras, inclusive de softwares, é possível a indicação de marca, desde que seja estritamente necessária para atender a exigências de padronização e que haja prévia justificação".

3.6.4. Deve-se destacar, no entanto, que, embora haja necessidade de manutenção de

compatibilidade mediante contratação/aquisição de produtos do mesmo fabricante da solução já instalada na CONTRATANTE, há vários fornecedores do produto, o que garante a competição no procedimento licitatório.

### 3.7. **Da subcontratação da solução**

3.7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

## 4. **ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### 4.1. **Requisitos de negócio : GRUPO 1 e GRUPO 2**

4.2.1. As soluções devem:

4.2.2.1. Oferecer mecanismo de auditoria que armazene as informações sobre os usuários e serviços solicitados;

4.2.2.3. Implementar recursos de segurança capazes de garantir o sigilo dos acessos dos usuários;

4.2.2.5. Auditar, controlar, gerenciar e monitorar as ações dos usuários;

### 4.3. **Requisitos de capacitação**

#### 4.4.1. **Para o GRUPO 1**

4.4.2.1. Após a conclusão da implantação da solução, a CONTRATADA deverá ministrar treinamento técnico operacional para os servidores designados pela CONTRATANTE.

4.4.2.3. A CONTRATADA fará a capacitação dos profissionais da CONTRATANTE que atuarão na solução de auditoria de dados.

4.4.2.5. A CONTRATADA deve fornecer manuais, *datasheets* e outros documentos técnicos de todos os componentes da solução.

4.4.2.7. O treinamento técnico operacional da Solução deverá ser ministrado com carga horária de no mínimo 20 (vinte) horas, para no mínimo 8 (oito) servidores da CONTRATANTE, de modo a capacitá-los a desenvolver com pleno domínio a execução das tarefas;

4.4.2.9. O treinamento técnico operacional da Solução deverá ser oferecido em português com as seguintes atividades:

- a) Demonstrações práticas abordando conceitos gerais;
- c) Procedimentos de operação;
- e) Modos de operação;
- g) Especificações técnicas;
- i) Aulas práticas.

4.4.2.11. O processo de *hands-on* deve ser conduzido por técnicos qualificados pelo fabricante ou pela CONTRATADA, no local de instalação, no ambiente da CONTRATANTE;

4.4.3. A instrução poderá ser conduzida pela equipe técnica responsável pela montagem, instalação e configuração dos softwares ou por outra equipe alocada para este fim, desde que devidamente qualificada;

4.4.5. As despesas com os profissionais, incluindo transporte, estadia e alimentação, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

#### 4.4.7. **Para o GRUPO 2**

4.4.8.1. A CONTRATADA deverá instruir a equipe da CONTRATANTE a operar todos os componentes da solução, de forma a prover o conhecimento dos recursos técnicos e operacionais necessários à utilização dos recursos;

4.4.8.3. O processo de transferência de conhecimento deve contemplar o software fornecido pela CONTRATADA e deve seguir o cronograma de instalação e implantação da solução;

4.4.8.5. A CONTRATADA deve fornecer manuais, *datasheets* e outros documentos técnicos de todos os componentes da solução.

4.4.8.7. A CONTRATADA deve elaborar material explicativo da solução para usuários finais.

4.4.8.9. O treinamento técnico operacional da Solução deverá ser ministrado com carga horária de no mínimo 20 (vinte) horas, para no mínimo 8 (oito) servidores da CONTRATANTE, de modo a capacitá-los a desenvolver com pleno domínio a execução das tarefas;

4.4.8.11. O treinamento técnico operacional da Solução deverá ser oferecido em português com as seguintes atividades:

- a) Demonstrações práticas abordando conceitos gerais;
- c) Procedimentos de operação;
- e) Modos de operação;

g) Especificações técnicas;

i) Aulas práticas.

4.4.8.13. O processo de *hands-on* deve ser conduzido por técnicos qualificados pelo fabricante ou pela CONTRATADA, no local de instalação, no ambiente da CONTRATANTE;

4.4.9. A instrução poderá ser conduzida pela equipe técnica responsável pela montagem, instalação e configuração dos softwares ou por outra equipe alocada para este fim, desde que devidamente qualificada;

4.4.11. As despesas com os profissionais, incluindo transporte, estadia e alimentação, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

#### 4.5. **Requisitos legais**

4.6.1. Não foram identificadas normas legais aplicáveis especificamente à solução que se pretende contratar.

#### 4.7. **Requisitos de manutenção**

4.8.1. A CONTRATADA deve prestar serviço de suporte técnico durante toda a vigência contratual;

4.8.3. O suporte técnico, prestado pela CONTRATADA e/ou pelo fabricante, deve contemplar os serviços de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa dos objetos, além de atualizações de versão e de releases dos *softwares*, sem qualquer custo adicional;

4.8.5. O Suporte deverá ser especializado, podendo ser executado remotamente ou localmente dependendo da criticidade ou dificuldade. A avaliação do chamado quanto a criticidade será feita pela CONTRATANTE;

4.8.7. A documentação produzida durante a execução dos serviços, seja em papel ou meio eletrônico, será de propriedade do CONTRATANTE e não deverá ser divulgado sem sua expressa autorização;

4.8.9. A manutenção preventiva consiste na instalação de atualizações e engloba a atualização de versões de *softwares* e *firmwares*, incluindo *upgrades*, *updates* ou *patches* de correção;

4.8.11. A manutenção preventiva compreende a visita de técnico(s) da CONTRATADA em horários previamente agendados com a CONTRATANTE;

4.8.13. A CONTRATADA deve manter a CONTRATANTE informada das versões/atualizações, correções (*patches*) e vulnerabilidades dos *softwares* e *firmwares*, fornecidos nos componentes da solução;

4.8.15. A manutenção corretiva é aquela destinada a corrigir eventuais defeitos apresentados pelo *software*;

4.8.17. As manutenções corretivas serão efetuadas mediante abertura de chamado pela CONTRATANTE, com a finalidade de correção do defeito, inclusive para atualização da versão dos *softwares*;

4.8.19. Antes da abertura dos chamados, a CONTRATANTE fará verificações básicas acerca da alimentação, conectividade dos produtos envolvidos e outros problemas de menor complexidade;

4.8.21. O prazo para resolução dos chamados será contado a partir do momento da identificação do chamado;

4.8.23. Poderão ser abertos chamados de consultas técnicas para sanar dúvidas, repassar conhecimentos ou obter melhores práticas;

4.8.25. Para cada chamado técnico, a CONTRATADA deverá informar um número de controle (protocolo) para registro, bem como manter histórico de ações e atividades realizadas;

4.8.27. Os chamados poderão ser abertos através dos seguintes canais:

a) Telefone 0800 ou chamada com custo de ligação local em Brasília/DF

c) E-mail;

e) Página *web* (ou *chat*) mantida pela CONTRATADA ou pelo FABRICANTE da solução.

4.8.29. A CONTRATADA deverá informar o *sítio Web* do fabricante para suporte aos produtos ofertados, onde poderão ser obtidos os drivers, e demais atualizações necessárias ao adequado funcionamento da solução;

4.8.31. As manutenções preventiva e corretiva também incluem o suporte remoto das 8h às 18h, 5 (cinco) dias por semana, fornecidos pela CONTRATADA e/ou pelo fabricante;

4.8.33. Entende-se por suporte remoto aquele prestado por telefone, e-mail, chat ou qualquer outro meio utilizado pelo técnico da CONTRATADA ou Fabricante para instruir a equipe técnica da CONTRATANTE, desde que não seja necessária a presença daquele técnico nas dependências da CONTRATANTE;

4.8.35. O suporte remoto não implica em acesso remoto aos equipamentos/*softwares* instalados no ambiente da CONTRATANTE. Esse tipo de acesso não será permitido.

4.8.37. O chamado técnico que ensejar atualização de *softwares* ou a aplicação de *patches*, deverá ser atendido na modalidade *on-site*. Essa lista é meramente exemplificativa, de tal forma que quaisquer outras

atividades que demandem a intervenção de um técnico devem ser executadas localmente, no ambiente da CONTRATANTE, para cumprimento dos prazos estabelecidos para resolução de problemas relatados nos chamados de suporte técnico;

4.8.39. O atendimento on-site deve ser prestado na Sede da ABIN, em Brasília/DF, e remotamente da sede das Superintendências Estaduais e Subunidades.

4.8.41. Durante o prazo de vigência do suporte técnico, a CONTRATADA terá a obrigação de substituir ou reparar, às suas expensas, qualquer *software* ou componente que apresente defeito, ainda que decorra do desgaste natural;

4.8.43. Caso algum módulo ou componente de programa seja descontinuado, deverá ser fornecido, sem custo adicional para fins de atualização, outro, com configuração que lhe confira toda a funcionalidade da versão anterior ou última atualização fornecida;

4.8.45. Caso a solução falhe recorrentemente mais de 3 (três) vezes, pelo mesmo motivo, ficando constatado que não está atendendo efetivamente a demanda, em um período de 30 (trinta) dias, a mesma deverá ser substituída pela CONTRATADA por uma solução equivalente, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

4.8.47. A substituição deve ocorrer em até 72h (setenta e duas horas) após a 4ª comunicação do problema.

#### 4.9. **Requisitos de Segurança e Privacidade**

4.10.1. A CONTRATADA deverá submeter-se aos procedimentos contidos nas normas de segurança corporativa da CONTRATANTE, em todos os eventos em que for necessária a presença de seus prepostos e/ou funcionários nas dependências da CONTRATANTE.

4.10.3. A CONTRATADA deverá conhecer e atender todas as normas, políticas e procedimentos de segurança estabelecidos pela CONTRATANTE para execução do contrato, dentro do contexto das diretrizes estabelecidas na Política de Segurança da Informação do Órgão.

4.10.5. Quanto ao acesso físico no ambiente da CONTRATANTE, a CONTRATADA deverá:

4.10.6.1. Credenciar junto a CONTRATANTE seus profissionais, caso seja necessário o acesso às instalações da CONTRATANTE para prestação de serviços, em que tal acesso estará sujeito às normas internas, referentes à identificação, trajes, trânsito e permanência em suas dependências; e

4.10.6.3. Identificar qualquer equipamento da CONTRATADA que venha ser instalado nas dependências da CONTRATANTE, com a utilização de placas de controle patrimonial, selos de segurança, dentre outros.

4.10.7. Quanto ao Sigilo e Confidencialidade, a CONTRATADA deverá:

4.10.8.1. Conhecer e assinar o Termo de Confidencialidade e Sigilo antes de iniciar a execução do contrato, conforme modelo constante nos anexos deste Termo;

4.10.8.3. Abster-se, qualquer que seja a hipótese, de veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca dos serviços Objeto deste Termo, sem prévia autorização da CONTRATANTE;

4.10.8.5. Garantir a segurança das informações e se comprometer a não divulgar ou fornecer a terceiros quaisquer dados e informações que tenha recebido ou tido ciência no curso da prestação dos serviços, a menos que autorizado formalmente e por escrito; e

4.10.8.7. Observar, rigorosamente, todas as normas e procedimentos de segurança implementados no ambiente de Tecnologia da Informação da CONTRATANTE.

4.10.9. A CONTRATADA deverá se responsabilizar pelo fornecimento da Solução de TIC, respondendo civil e criminalmente por todos os danos, perdas e prejuízos que, por dolo ou culpa sua, de seus empregados, prepostos, ou terceiros no exercício de suas atividades, vier a, direta ou indiretamente, causar ou provocar à CONTRATANTE.

4.10.11. A CONTRATADA deverá assumir inteira responsabilidade pelas condições de segurança, higiene e medicina do trabalho em conformidade com a legislação vigente, bem como:

4.10.12.1. Responsabilizar-se-á pelos encargos referentes a acidentes, que possam ser vítimas seus empregados, na forma da legislação em vigor.

4.10.12.3. Responsabilizar-se-á por todas as despesas inerentes a acidentes de trabalho e contra incêndio.

4.10.12.5. Responsabilizar-se-á pelo fornecimento de EPI's (Equipamentos de Proteção Individual) aos seus empregados, de modo a atender plenamente todas as necessidades de segurança na execução dos serviços.

#### 4.11. **Requisitos sociais e culturais**

4.12.1. Aos profissionais da CONTRATADA, quando nas dependências da CONTRATANTE, caberá:

a) Agir de maneira ética e profissional, exercendo suas atribuições com rapidez, perfeição e rendimento;

b) Manter conduta compatível com a moralidade administrativa;

c) Respeitar a capacidade e as limitações individuais de todos os usuários, sem qualquer espécie de preconceito ou distinção de raça, sexo, nacionalidade, cor, idade, religião, cunho político e posição social, abstendo-se, dessa forma, de causar-lhes dano moral;

d) Estar devidamente identificado com o crachá da empresa.

#### 4.13. **Requisitos de arquitetura tecnológica - GRUPO 1**

##### 4.14.1. **Solução de Auditoria**

4.14.2.1. A solução de auditoria deverá ser de um único fabricante e seus módulos e/ou *softwares* deverão ser totalmente integrados e disponibilizados em uma única interface gráfica para preservar harmonia entre todos os elementos da solução, a total interoperabilidade de componentes, a facilidade de uso e operação e a integridade dos dados utilizados nas auditorias e investigações;

4.14.2.3. A solução deverá fornecer todas as funcionalidades citadas abaixo sem a necessidade de retenção dos logs nativos do *Windows*. Caso a solução ofertada necessite habilitar o log de auditoria do *Windows File Server*, o *hardware* sem ponto único de falha necessário para o armazenamento destes logs por no mínimo 12 (doze) meses deverá ser contemplado na proposta;

4.14.2.5. Caso a solução ofertada necessite reter o log nativo de auditoria do *Active Directory*, o *hardware* sem ponto único de falha necessário para o armazenamento destes logs por no mínimo 12 (doze) meses deverá ser contemplado na proposta;

4.14.2.7. A solução deverá possuir console nativa que poderá ser acessada através do servidor de aplicação e estações de trabalho dos usuários com acesso autorizado;

4.14.2.9. A solução deverá possibilitar integração, de forma direta ou indireta, de suas informações com sistemas de DLP (*Data Lost Prevention*) e SIEM (*Security Information and Event Management*);

4.14.2.11. Caso seja necessária instalação de qualquer agente nos servidores a serem monitorados, o processo não deverá impactar na disponibilidade dos servidores ou serviços;

4.14.2.13. O agente deverá possuir um mecanismo de monitoramento de desempenho dos servidores onde atua, de modo a não permitir que o nível de consumo de recursos ultrapasse limites definidos e configuráveis;

4.14.2.15. A solução deverá oferecer a possibilidade de configurações de diferentes níveis de segurança às suas funcionalidades, podendo, desta forma, ser utilizada por diferentes equipes com variadas demandas de atividades e com acesso restrito a diferentes funções;

4.14.2.17. Devido às características e criticidade das informações coletadas, armazenadas e processadas, com o intuito de garantir integridade e confiabilidade jurídica, contratual e regulatória, e pela possibilidade de as informações serem utilizadas para perícia forense inclusive como provas judiciais, a solução deverá ter certificação utilizada pela administração pública como parâmetro para definição de requisitos de sistema de gerenciamento de segurança da informação como a ISO/IEC 27001 ou similares;

4.14.2.19. A solução deverá suportar a utilização de servidores virtualizados para todos os seus componentes;

4.14.2.21. A solução a ser fornecida deverá possuir compatibilidade comprovada no site dos fabricantes dos *storages*, Netapp e EMC para que tenha compatibilidade com a infraestrutura atual do órgão.

4.14.2.23. A solução e seus componentes devem ser instalados e configurados na infraestrutura de TIC (on premise) da CONTRATANTE. A necessidade da solução e seus componentes serem instalados *on premise* não configura impedimento para que ela possa se conectar nos servidores do fabricante através da internet para que seus componentes possam realizar consultas em bases de reputação de links, domínios ou outros indicadores de segurança fornecidos pelo fabricante da solução.

##### 4.14.3. **Controle de Acessos (Permissionamento)**

4.14.4.1. A solução deverá exibir para cada pasta dos recursos monitorados a visualização gráfica e interativa das listas de controle de acesso incluindo grupos, subgrupos e seus respectivos membros;

4.14.4.3. A interface gráfica deverá permitir a busca por um usuário ou grupo e apresentar graficamente seus níveis de permissão nos diretórios dos recursos monitorados. Esta visibilidade deverá incluir herança de permissão ativa e desativada e indicação de compartilhamento;

4.14.4.5. A solução deverá permitir alteração das permissões dos diretórios monitorados através de sua interface gráfica;

4.14.4.7. A solução deverá ter opção para remoção de permissões não herdadas das pastas;

4.14.4.9. A solução deverá permitir a modelagem de permissionamento de maneira gráfica antes da aplicação em produção. Esta modelagem deve demonstrar os impactos das mudanças pretendidas nos grupos e usuários em relação a suas permissões nos diretórios monitorados, ou seja, deve ser possível analisar quais acessos os usuários ganharão ou perderão antes que essas alterações sejam efetuadas em produção;

4.14.4.11. A solução deverá oferecer a opção de aplicação completa ou parcial das alterações pretendidas nos grupos, usuários e permissões assim como oferecer a opção de efetivação imediata ou agendada no



*Active Directory* e servidores monitorados;

4.14.4.13. A solução deverá oferecer a opção de aplicação das alterações utilizando uma credencial diferente da credencial do usuário logado na interface gráfica assim, a modelagem pode ser feita por um usuário e efetivada por outro usuário, este último, com permissões de alterações no *Active Directory*;

4.14.4.15. A solução deverá fornecer a visibilidade sobre aplicações de alteração que estão pendentes e o histórico das alterações aplicadas através da console;

4.14.4.17. A solução deverá ser compatível com a visibilidade dos permissionamentos de usuários e grupos de segurança e auditoria do *Azure Active Directory*, *Exchange Online*, *One Drive* e *Sharepoint Online* para os serviços baseados na nuvem da *Microsoft Office 365*;

4.14.4.19. A solução deverá diferenciar graficamente em sua interface os usuários e grupos do *Azure Active Directory* e *Active Directory on-premise*;

#### 4.14.5. **Registro de Eventos (Log)**

4.14.6.1. A solução deverá coletar o log das plataformas monitoradas de forma contínua e automática e normatizar em banco de dados as informações das plataformas monitoradas;

4.14.6.3. A solução deverá apresentar todos os logs de todos os usuários e de todas as plataformas monitoradas na mesma console de visibilidade de permissionamento;

4.14.6.5. Os logs apresentados pela solução ofertada deverão conter informações completas de cada uma das operações com data e horário, nome do servidor, tipo do objeto, caminho (*path*) dos dados, domínio, arquivo impactado e nome do usuário que fez a ação;

4.14.6.7. A solução deverá permitir filtragem gráfica, ordenação e agrupamento dos logs;

4.14.6.9. A solução deve fornecer resumo gráfico das atividades auditadas, incluindo visualização dos usuários mais e menos ativos, visualização dos diretórios mais e menos acessados, visualização dos diretórios onde um usuário ou um grupo de usuários estejam acessando, visualização dos usuários que estejam acessando um subdiretório;

4.14.6.11. A solução deverá permitir que os usuários realizem pesquisas baseadas em critérios como: data do evento, servidor ou plataforma em que o evento ocorreu, tipo de evento, arquivos ou diretórios acessados, usuário que fez a ação;

4.14.6.13. Deverá ser possível alterar o conjunto de dados (colunas) retornados da consulta aos logs de acordo com a necessidade da informação;

4.14.6.15. A solução deve contabilizar a quantidade de vezes que um mesmo evento ocorreu em um mesmo dia e informar a última vez que aquele evento ocorreu.

#### 4.14.7. **Relatórios**

4.14.8.1. A solução ofertada deverá fornecer relatórios para serem exportados em diversos formatos de arquivos;

4.14.8.3. A solução deverá permitir que relatórios sejam extraídos sob demanda uma única vez ou agendados e enviados com frequência definida;

4.14.8.5. A solução deverá permitir o agendamento para envio de relatórios pelo correio eletrônico ou para um compartilhamento no servidor de arquivos;

4.14.8.7. O envio dos relatórios por e-mail deve ser feito a partir da própria solução ofertada, ou seja, sem a necessidade de utilização de outro *software*;

4.14.8.9. A solução deverá fornecer relatório de todas as permissões de determinado usuário nos repositórios monitorados.

4.14.8.11. A solução deverá fornecer relatório de todos os usuários com permissões em determinada pasta.

4.14.8.13. A solução deverá fornecer relatório de todos os acessos que ocorreram nos arquivos em dado período;

4.14.8.15. A solução deverá fornecer relatórios de usuários com permissões direta em pastas;

4.14.8.17. A solução deverá fornecer relatórios de dados e usuários inativos;

4.14.8.19. A solução deverá fornecer relatórios de usuários desabilitados que ainda fazem parte de grupos de segurança;

4.14.8.21. A solução deverá fornecer relatório de histórico de permissões;

4.14.8.23. A solução deverá fornecer relatório de histórico de membros de grupos de segurança;

4.14.8.25. A solução deverá fornecer relatório de todas as permissões de usuários desabilitados;

4.14.8.27. A solução deverá fornecer relatórios com os alertas de comportamento suspeitos identificados;

4.14.8.29. A solução deverá fornecer relatório com as recomendações de revogação de permissões geradas pela análise comportamental realizada sobre os usuários e recursos monitorados;

- 4.14.8.31. A solução deverá fornecer relatório de estatística de acesso;
- 4.14.8.33. A solução deverá fornecer relatório com os tipos de eventos que mais ocorrem em um recurso;
- 4.14.8.35. A solução deverá fornecer relatório de auditoria das ações dos usuários na console;
- 4.14.8.37. A solução deverá oferecer relatório com as alterações em GPOs (*Group Policys*);

#### 4.14.9. **Análise Comportamental**

- 4.14.10.1. A solução deverá realizar a análise comportamental dos usuários, grupos e permissões aos dados não estruturados dos servidores monitorados;
- 4.14.10.3. A solução deverá identificar, de forma automática, usuários com acesso a pastas indevidas sugerindo a revogação do acesso;
- 4.14.10.5. A solução deverá fornecer em modo gráfico as recomendações de revogação de permissões que serão feitas com base na análise de atividade de acesso;
- 4.14.10.7. A solução deverá identificar graficamente atividades de acesso anormais;
- 4.14.10.9. A solução deverá realizar a descoberta automática de contas privilegiadas de usuários administrativos e de serviço;

#### 4.14.11. **ITENS 1 e 5 - Auditoria em Windows File Server**

- 4.14.12.1. A solução deverá possuir as funcionalidades de permissionamento, logs, relatórios e análise comportamental dos usuários descritas nos itens acima em plataformas de servidores de arquivos *Windows* e NAS (*Network Attached Storage*);
- 4.14.12.3. A solução a ser fornecida deverá possuir compatibilidade comprovada no site dos fabricantes dos *storage* Netapp e EMC para que tenha compatibilidade com a Infraestrutura atual do órgão.
- 4.14.12.5. A solução deverá fornecer todas as funcionalidades citadas abaixo sem a necessidade de retenção dos logs nativos do *Windows*. Caso a solução ofertada necessite habilitar o log de auditoria do Windows File Server, o hardware sem ponto único de falha necessário para o armazenamento destes logs por no mínimo 12 (doze) meses deverá ser contemplado na proposta.
- 4.14.12.7. A solução deverá suportar servidores de arquivos nas versões *Windows Server 2016* ou superior;
- 4.14.12.9. A solução ofertada deverá coletar e demonstrar na interface gráfica todas as operações de abrir, criar, apagar, modificar, renomear e acesso negado dos usuários aos arquivos e pastas dos servidores de arquivos monitorados;
- 4.14.12.11. A solução deverá fornecer funcionalidade de ajuste aos diretórios com herança de permissões quebradas.
- 4.14.12.13. A solução deverá possibilitar a criação de pastas que sejam automaticamente reconhecidas na interface gráfica e que possam ser automaticamente usadas pelos usuários;
- 4.14.12.15. A solução deverá fornecer a visão das permissões efetivas, ou seja, agregando permissões de *Share* e NTFS;
- 4.14.12.17. A CONTRATANTE possui licença perpétua do software Varonis DatAdvantage for *Windows File Server* para 1.300 usuários sem atualização e suporte desde julho de 2019, será permitido ao proponente a regularização do parque vencido fornecendo garantia e atualização, juntamente com as licenças de expansão (100 usuários adicionais), nivelando o tempo da garantia e atualização para todas as licenças, totalizando a quantidade de usuários descritos na tabela para o período exigido.

#### 4.14.13. **ITENS 2 e 6 - Auditoria em Microsoft Active Directory**

- 4.14.14.1. A solução deverá possuir as funcionalidades de permissionamento, logs, relatórios e análise comportamental dos usuários nos servidores de diretórios de usuários *Microsoft Active Directory*, e deverão estar integradas na mesma plataforma e interface de monitoração dos demais repositórios de dados;
- 4.14.14.3. Caso a solução ofertada necessite reter o log nativo de auditoria do *Active Directory*, o hardware sem ponto único de falha necessário para o armazenamento destes logs por no mínimo 12 (doze) meses deverá ser contemplado na proposta.
- 4.14.14.5. A solução deverá possuir visibilidade da hierarquia do serviço de Diretórios de Usuários através de interface gráfica;
- 4.14.14.7. A solução deverá possuir a visibilidade de todos os domínios, Unidades Organizacionais, computadores, grupos e outros objetos do domínio através de uma única interface gráfica e também em formato de relatório;
- 4.14.14.9. A solução deverá suportar, em uma única instalação, a auditoria de mais de um domínio;
- 4.14.14.11. A solução deverá ter trilha de auditoria classificável e pesquisável de todas as atividades do *Active Directory* em uma única interface gráfica e também em formato de relatório;
- 4.14.14.13. A solução deverá suportar a auditoria dos seguintes eventos do *Directory Service*:

- a) Criação e deleção de objetos;

- c) Membros adicionados e removidos de grupos de segurança;
- e) Propriedades do objeto do AD alteradas;
- g) Autenticação de conta;
- i) Reset de senha;
- k) Bloqueio e desbloqueio de conta;
- m) Habilitação e desabilitação de conta;
- o) Permissão adicionada e removida de objeto do AD;
- q) Proprietário alterado;
- s) Modificação de configuração de GPO;
- u) Criação, deleção e modificação de link de GPO;
- w) Criação, deleção e modificação de tarefas agendadas;
- y) Deleção dos logs de auditoria;
- aa) Alteração na hora do sistema;
- ac) Alterações nas políticas de sistema e de domínio;
- ae) Alteração nas configurações de auditoria;
- ag) Alteração de política Kerberos;
- ai) Renovação de ticket Kerberos;
- ak) Criação e modificação de confiança de domínio;
- am) Acesso ao hash de senha de conta;
- ao) Alteração de senha de administrador.

4.14.14.15. A solução deverá permitir o gerenciamento de objetos do AD através de sua console:

- a) Criar novos usuários;
- c) Criar novos grupos de segurança;
- e) Alterar parâmetros de usuários já existentes;
- g) Alterar membros de grupos de segurança;
- i) Excluir usuários;
- k) Excluir computadores;
- m) Reconfigurar senhas;
- o) Desbloquear usuários;
- q) Habilitar e desabilitar usuários.

4.14.14.17. A solução deverá permitir as ações abaixo em múltiplos usuários de uma só vez:

- a) Deleção;
- c) Reset de senha;
- e) Desbloqueio da conta;
- g) Habilitação e desabilitação de conta;

4.14.14.19. A CONTRATANTE possui licença perpétua do *software Varonis DatAdvantage for Directory Server* para 400 usuários sem atualização e suporte desde julho de 2019, será permitido ao proponente a regularização do parque vencido fornecendo garantia e atualização, juntamente com as licenças de expansão (1.000 usuários adicionais), nivelando o tempo da garantia e atualização para todas as licenças, totalizando a quantidade de usuários descritos na tabela para o período exigido.

#### 4.14.15. **ITENS 3 e 7 - Auditoria em Microsoft Exchange**

4.14.16.1. A solução deverá possuir as funcionalidades de visibilidade de permissionamento, log, relatórios, análise comportamental e alertas no *Microsoft Exchange* e deverão estar integradas na mesma plataforma e interface de monitoramento dos demais repositórios de dados;

4.14.16.3. A solução deverá realizar a coleta das informações sem a oneração excessiva do servidor de correio *Microsoft Exchange*, ou seja, sem ativação do *journaling* ou *diagnostics* nativos do servidor de correio;

4.14.16.5. O licenciamento deverá ser feito para as contas do *Exchange on premise* ou *Exchange on line*;

4.14.16.7. A solução deverá permitir a definição de proprietário para as caixas postais;

4.14.16.9. A solução deverá demonstrar graficamente diferença entre as caixas postais do *Exchange on line* e do *Exchange on premise*;

4.14.16.11. A solução ofertada deverá coletar os seguintes eventos de auditoria do *Exchange online*:

- a) Logon;
- c) Pasta aberta, criada, deletada, movida e renomeada;
- e) Permissão adicionada e removida de pasta;
- g) Permissões de pasta alteradas;
- i) Mensagem apagada, copiada, criada, editada e movida;
- k) Mensagem enviada em nome de (*On behalf of*);
- m) Mensagem enviada como (*send as*).

4.14.16.13. A solução deverá suportar a auditoria dos seguintes comandos *PowerShell* no *Exchange*:

- a) *Add-MailboxPermission*;
- c) *Remove-MailboxPermission*;
- e) *Add-MailboxFolderPermission*;
- g) *Remove-MailboxFolderPermission*;
- i) *Set-MailboxFolderPermission*;
- k) *Add-ADPermission*;
- m) *Remove-ADPermission*.

4.14.16.15. A solução ofertada deverá coletar os eventos dos servidores de *email* monitorados contemplando no mínimo os itens:

- a) Pasta aberta, apagada, copiada, criada, esvaziada, movida e renomeada;
- c) Permissão adicionada e removida de pasta;
- e) Marcar todas com lida;
- g) Mensagem aberta, apagada, copiada, criada, editada, enviada, movida e recebida;
- i) Mensagem enviada "em nome de" (*on behalf of*);
- k) Mensagem enviada "como" ("*As*");
- m) Mensagem marcada não lida;
- o) Mensagem marcada como lida;
- q) Logon;
- s) Permissões adicionadas e removidas de *mailbox*;

4.14.16.17. A solução deverá auditar, registrar eventos (log) e aplicar as análises comportamentais das caixas postais e pastas públicas compartilhadas do *Microsoft Exchange Server* para eventos gerados a partir de dispositivos móveis e/ou acessos externos (via internet) por meio de acesso *WEB* através dos seguintes protocolos de comunicação POP3, IMAP4, MAPI, OWA, EWS, ActiveSync - para *smartphones* e outros dispositivos similares.

4.14.16.19. A CONTRATANTE possui licença perpétua do *software Varonis DatAdvantage for Exchange Server* para 400 usuários sem atualização e suporte desde julho de 2019, será permitido ao proponente a regularização do parque vencido fornecendo garantia e atualização, juntamente com as licenças de expansão (1.000 usuários adicionais), nivelando o tempo da garantia e atualização para todas as licenças, totalizando a quantidade de usuários descritos na tabela para o período exigido.

#### 4.14.17. **ITENS 4 e 8 - Análise em Tempo Real (DatAlert)**

4.14.18.1. A solução deverá aprender o comportamento padrão dos usuários e dos recursos monitorados baseando-se nos eventos de auditoria coletados para que identifique e alerte desvios e anomalias nesses comportamentos;

4.14.18.3. A solução deverá ser capaz de identificar tanto desvios quantitativos de comportamento como desvios qualitativos. Ou seja, deve ser capaz de identificar um aumento na quantidade de eventos gerados, assim como identificar acesso a dados que o usuário não costuma acessar;

4.14.18.5. A solução deverá permitir a configuração de alertas customizados para que um usuário, uma pasta, um período ou uma ação específica seja alertada caso ocorra ação que os envolva;

4.14.18.7. A solução deverá permitir a configuração de alertas em protocolos de integração com outras soluções como SNMP e Syslog. A solução deverá permitir que os alertas sejam enviados por email;

4.14.18.9. A solução deverá permitir que os alertas disparem a execução de respostas ou ações pré-configuradas ou através da execução de scripts;

4.14.18.11. A solução deverá contemplar a assinatura de uma base de conhecimentos do fornecedor de alertas pré-configurados de eventos suspeitos tais como:

- a) Ataques de sequestro de dados (*ransomware*);
- c) Detecção de ferramentas nocivas ao ambiente;
- e) Ações com acessos negados;
- g) Ações de escalas de privilégios;
- i) Excesso de tentativas de autenticação ou contas bloqueadas;
- k) Atividades suspeitas em dados parados e/ou inativos;
- m) Alterações anormais em GPO;
- o) Ataques de força bruta;
- q) Ataques de golden ticket;
- s) Ataques de injeção de códigos maliciosos.

4.14.18.13. Os alertas deverão ser apresentados também em *dashboard web* que apresente:

- a) quantidade de alertas e suas severidades em determinado período;
- c) usuários mais alertados em determinado período;
- e) tipos de comportamentos suspeitos que mais ocorreram;
- g) máquinas que foram mais utilizadas para as ações suspeitas;
- i) classificação dos alertas dentro de um cenário de ataque cibernético.

4.14.18.15. O *dashboard* deverá apresentar todos os eventos que motivaram o alerta para que o time de segurança possa fazer investigação forense;

4.14.18.17. Para análise forense do usuário mais alertado, o *dashboard* deverá disponibilizar página que agregue dados importantes do comportamento daquele usuário. Isso permite que se identifique o cenário do possível ataque;

4.14.18.19. A solução deverá exibir no *dashboard* todos os eventos ocorridos que motivaram a ferramenta a gerar o alerta. A lista desses eventos deve ser customizável podendo ser filtrada, exibidas ou ocultadas colunas e agregada por valores das colunas exibidas.

4.14.18.21. O *dashboard* deverá possuir página com KPIs de *compliance* e segurança dos servidores e recursos monitorados e a partir desses KPIs deve ser possível abrir a lista com informações detalhadas.

4.14.18.23. A solução deverá permitir integração com ferramentas de SIEM e outras soluções de gerenciamento de ativos.

4.14.18.25. A CONTRATANTE possui licença perpétua do *software Varonis DatAlert Suite* para 1.300 usuários sem atualização e suporte desde julho de 2019, será permitido ao proponente a regularização do parque vencido fornecendo garantia e atualização, juntamente com as licenças de expansão (100 usuários adicionais), nivelando o tempo da garantia e atualização para todas as licenças, totalizando a quantidade de usuários descritos na tabela para o período exigido.

#### 4.14.19. **ITEM 9 - Operação Assistida**

4.14.20.1. Durante o período de vigência do contrato, o órgão terá direito a operação assistida especializada, na forma de um banco de horas, utilizado sob demanda, para os serviços de implantação, configuração, migração e/ou upgrade e pós-implantação;

4.14.20.3. Os serviços que eventualmente acarretem risco para os sistemas em produção ou requeiram parada de servidores e equipamentos, somente poderão ser executados fora de expediente, em horários previamente acordados com a área de TI do local de instalação;

4.14.20.5. As horas demandadas pelo ÓRGÃO visam a implantação, configuração, migração e/ou upgrade e pós-implantação em termos de melhoria da solução de software instalada e dos serviços executados;

4.14.20.7. Estes serviços deverão ser prestados sob demanda, na modalidade 5 x 8 (cinco dias na semana, oito horas por dia – horário comercial);

4.14.20.9. Para a prestação deste serviço, a Contratada somente poderá empregar profissionais capacitados e certificados nos produtos fornecidos;

4.14.20.11. O ÓRGÃO oficializará a solicitação deste apoio por meio da emissão de uma “Ordem de Serviço – OS”;

4.14.20.13. A execução será sempre precedida da emissão pelo ÓRGÃO da competente “Ordem de Serviço – OS”, contendo no mínimo: descrição do serviço, prazo para a execução do serviço, período para a execução do serviço, local da execução do serviço, especificações técnicas do serviço e produtos esperados;

4.14.20.15. Uma “Ordem de Serviço – OS” somente estará autorizada após conferência e atesto do Gestor do Contrato;

4.14.20.17. Toda “Ordem de Serviço – OS” deverá ser assinada pelo Gerente do Projeto, representante da

Contratada perante o ÓRGÃO, declarando a concordância da Contratada em executar as atividades descritas na "Ordem de Serviço - OS", de acordo com as especificações estabelecidas pelo ÓRGÃO;

4.14.20.19. Os serviços deverão estar sempre de acordo com as especificações constantes nas "Ordens de Serviços - OS";

4.14.20.21. O controle da execução dos serviços se dará em 03 (três) momentos, a saber: no início da execução - quando a "Ordem de Serviço - OS" é emitida pelo ÓRGÃO, durante a execução - com o acompanhamento e supervisão de responsáveis do ÓRGÃO, e ao término da execução - com o fornecimento de "Relatórios de Atividade de Consultoria Especializada" pela Contratada e atesto dos mesmos por responsáveis do ÓRGÃO;

4.14.20.23. Todos os serviços prestados pela Contratada deverão ser necessariamente documentados, registrados e entregues ao ÓRGÃO por ela;

4.14.20.25. Os serviços de apoio de implantação, configuração, migração e/ou pós-implantação deverão ser executados preferencialmente em horário comercial, de segunda a sexta-feira, excetuando-se naqueles casos que necessariamente haja intervenção em serviços de produção;

4.14.20.27. A partir da emissão da "Ordem de Serviço - OS", a Contratada terá até 07 (sete) dias úteis para iniciar a sua execução, ressalvados os casos em que comprovadamente seja necessário um agendamento dos trabalhos.

4.14.20.29. Caso o ORGÃO não faça uso da Operação Assistida, esse item não acarretará custos ao órgão.

#### 4.15. **Requisitos de arquitetura tecnológica - GRUPO 2**

##### 4.16.1. **ITEM 10 - Solução de Gerenciamento de Identidades Privilegiadas:**

4.16.2.1. Solução para armazenamento seguro e controle de credenciais não pessoais e privilegiadas em Servidores Linux/Unix, Windows, Sistemas, Estações de Trabalho e Dispositivos de Rede.

a) Suportar, no mínimo:

I - 100 usuários para acesso privilegiado;

III - 300 servidores (Windows, Linux e outros);

V - 250 ativos de rede;

VII - 3.000 estações de trabalho;

IX - 3.000 endpoints para gerenciamento de elevação de privilégios;

XI - 2 instâncias do cofre para cluster;

XIII - 3.000 sessões simultâneas;

XV - 480.000 horas de armazenamento de gravação de sessões.

4.16.2.3. A parte da solução chamada de "cofre de senhas" ou vault deve ser instalados e configurados na infraestrutura de TIC (on premise) da CONTRATANTE. A necessidade da solução e seus componentes serem instalados *on premise* não configura impedimento para que ela possa se conectar nos servidores do fabricante através da internet para que seus componentes possam realizar consultas em bases de reputação de links, domínios ou outros indicadores de segurança fornecidos pelo fabricante da solução.

4.16.2.5. Os usuários geridos pela solução poderão estar conectados simultaneamente;

4.16.2.7. Solução para armazenamento seguro e controle de credenciais não pessoais e privilegiadas em Servidores Linux/Unix, Windows, Sistemas, Aplicações Web, Bancos de Dados, Estações de Trabalho e Dispositivos de Rede, totalizando 100 usuários ou 6.550 dispositivos. Deve permitir que até 80 usuários estejam conectados simultaneamente.

4.16.2.9. Prover autenticação transparente no sistema-alvo ou dispositivo de rede. A solução deve iniciar uma sessão injetando diretamente as credenciais na tela de login e servindo como um proxy para a sessão entre o usuário e o sistema-alvo, de forma que a senha não seja exposta ao solicitante do acesso;

4.16.2.11. Eliminar credenciais inseridas em códigos-fonte, scripts e arquivos de configuração, fazendo com que as senhas passem a ser gerenciadas pela solução e invisíveis aos desenvolvedores e equipe de suporte de TI;

4.16.2.13. Banco de dados de uso exclusivo para evitar que informações sejam armazenadas em bancos de dados compartilhados;

4.16.2.15. Gerar vídeos ou logs de textos das sessões realizadas através da solução, armazenados em repositório seguro, criptografado e protegido contra qualquer alteração que comprometa a integridade dessas evidências;

4.16.2.17. Gerenciar todo o ambiente sem a necessidade de instalação de agentes ou qualquer software nos sistemas-alvos ou dispositivos de rede;

4.16.2.19. Geração automática de senhas de alta complexidade de acordo com as regras de cada tecnologia e Política de Segurança da empresa;

- 4.16.2.21. Integração com ferramentas de Service Desk e de Gestão Mudança com possibilidade de validação de critérios pré-definidos para liberação de acesso;
- 4.16.2.23. Realizar a troca automática das senhas, em horário programado, após terem sido liberadas para uso ou por vencimento de prazo;
- 4.16.2.25. Utilizar segundo fator de autenticação, soluções de OTP (ex. Google Authenticator, Microsoft Authenticator), Token físico.
- 4.16.2.27. Possibilidade de gerenciar senhas privilegiadas em aplicações e integração com sistemas legado;
- 4.16.2.29. Deverá ser entregue o armazenamento de credenciais nas seguintes características:
- a) Sistema seguro de armazenamento de credenciais e senhas;
  - b) Armazenamento de senhas criptografadas com padrões de criptografias fortes como AES 256 ou superior;
  - c) Consolidação periódica de senhas para identificar senhas que foram alterados em sistema gerenciados;
  - d) Envio de alerta por SIEM de senhas que não estejam iguais ao armazenado.
- 4.16.2.31. A solução deverá atender os seguintes requisitos quanto ao acesso da sessão via browser:
- a) Suporte a sessão remota através de Browser para conexões SSH;
  - b) Suporte a sessão remota através de Browser para conexões TELNET;
  - c) Suporte a sessão remota através de Browser para conexões HTTP e HTTPS;
  - d) Suporte a sessão remota através de Browser para conexões RDP;
  - e) Suporte a sessão remota através de Browser para conexões RDP Remote App;
  - f) Suporte a sessão remota através de Browser para conexões VNC;
- 4.16.2.33. Elevação de privilégio automático para SUDO em sessões SSH;
- 4.16.2.35. Conexão sistema alvo por chave SSH;
- 4.16.2.37. Proxy para aplicações através de servidores ponte com MS Terminal Server em plataforma Windows ou plataforma Linux (com ou sem interface gráfica).
- 4.16.2.39. Liberação ou revogação de todos os acessos de uma determinada credencial de maneira automatizada e imediata;
- 4.16.2.41. Provisionamento de usuários locais em servidores Linux/Unix, Windows ou dispositivos de rede;
- 4.16.2.43. Notificar, via e-mail ou SMS, novas solicitações de aprovação de acesso aos respectivos responsáveis pelas credenciais;
- 4.16.2.45. Permitir o monitoramento on-line do uso das contas e desligamento da sessão;
- 4.16.2.47. Apresentar o recurso "break glass" para acesso de emergência às contas, ou seja, permitirá acesso a ativos protegidos de forma emergencial, sem a necessidade de aprovação prévia em contas no qual o usuário não teria acesso, sem perda de rastreabilidade;
- 4.16.2.49. Possibilidade de bloqueio de comandos específicos, com opção de interromper a sessão caso o usuário execute um comando indevido;
- 4.16.2.51. Buscar por comandos específicos executados pelo usuário através de linha de comando em logs ou sessões gravadas;
- 4.16.2.53. Configuração de alertas imediatos quando realizados determinados comandos por usuários privilegiado;
- 4.16.2.55. Possibilidade de geração de relatórios baseados nos logs e exportá-los para arquivos em formato ".csv";
- 4.16.2.57. A funcionalidade deve permitir que o administrador configure a comunicação com aplicações de terceiros utilizando scripts, macros, chamadas executáveis, linguagens de programação diversas e aceite protocolos variados incluindo, no mínimo, WMI, SSH, API REST HTTP/HTTPS;
- 4.16.2.59. Extrair informações do servidor localizado nos Data Centers remotos caso seja necessário restaurar todas as configurações e os dados da solução;
- 4.16.2.61. A solução deve possuir função de monitoramento e análise de comportamento para os sistemas e/ou dispositivos que contemplem, no mínimo, as especificações técnicas do parque computacional da CONTRATANTE.
- 4.16.2.63. A solução deve possuir ferramenta de monitoração própria para que seja possível especificar limiares (thresholds) referente ao uso de memória, CPU, disco e banco de dados, por exemplo;
- 4.16.2.65. Possuir mecanismo para exportar arquivo com as últimas senhas para repositório remoto, de forma criptografada e protegida por senha de dupla custódia para recuperações de senhas no caso de falha

total da solução;

4.16.2.67. No caso de falha de um dos servidores do cluster de alta disponibilidade local, cada um dos servidores deve tratar todas as requisições de acesso, sem nenhum prejuízo no desempenho ou nas funcionalidades;

4.16.2.69. Alterações realizadas no cluster de alta disponibilidade local deve ser automaticamente replicadas para os outros servidores de redundância;

4.16.2.71. Utilizar tecnologia de restrição e autenticação que inclua Assinatura Digital (Hash) e endereço IP do host ou conjunto de hosts a serem acessados pela solução;

4.16.2.73. Possibilidade de comunicação com os serviços de diretório via protocolo LDAPS;

4.16.2.75. Possibilidade de implementar a MIB II, conforme RFC 1213;

4.16.2.77. Suportar sincronização do relógio interno via protocolo NTP e atualização automática do horário de verão com suporte e customização local;

4.16.2.79. Caso seja separado em componentes, nenhum deles deve conter senhas em texto claro para autenticação;

4.16.2.81. Gerenciar chaves SSH e fazer Scan de servidores Linux e identificação e publicação de chaves SSH;

4.16.2.83. Para operações de autenticação e de acordo de chave de sessão, deve permitir a utilização de algoritmos dos sistemas de criptografia de chave pública RSA ou ECC;

4.16.2.85. Liberação de acesso para execução de tarefas específicas em plataforma SSH.

4.16.2.87. Liberação de acesso para execução de tarefas específicas em plataforma TELNET.

4.16.2.89. Tanto appliances quanto sistemas operacionais devem ser “hardenizados” e protegidos com firewall interno e detecção de intrusão;

4.16.2.91. Deverá respeitar os principais padrões de segurança do mercado como criptografia AES 256, SHA 256, RSA 2048 bits ou superior, comunicação criptografada entre todos os elementos da solução, trazer embarcado recursos de segurança como Firewall e IPS;

4.16.2.93. Cadastro de usuários com informações de nome e e-mail.

4.16.2.95. Cadastro de perfis de usuários;

4.16.2.97. Segregação de funções por perfis de acesso;

4.16.2.99. Flexibilidade para criação de quaisquer perfis novos, com diversas combinações de telas e funcionalidades de acordo com a necessidade do negócio sem intervenção do fornecedor;

4.16.2.101. Importação automática de contas de usuários do AD;

4.16.2.103. Importação automática de contas de usuários do LDAP;

4.16.2.105. Gerenciamento de Grupos e Perfis de acesso integrados aos grupos de AD.

4.16.2.107. Autenticação local através de usuários e senha;

4.16.2.109. Autenticação centralizada integrada com LDAP, LDAPS para MS AD com múltiplos DCS;

4.16.2.111. Autenticação centralizada integrada com RADIUS;

4.16.2.113. Autenticação centralizada integrada com autenticação por certificado digital pessoal para usuários e administradores;

4.16.2.115. Duplo fator de autenticação nativo para acesso web ou através de cliente;

4.16.2.117. Gestão de autenticação com múltiplos autenticadores simultaneamente.

4.16.2.119. Scan de servidores Linux e identificação de chaves SSH;

4.16.2.121. Armazenamento de credenciais

4.16.2.123. Sistema seguro de armazenamento de credenciais e senhas;

4.16.2.125. Consolidação periódica de senhas para identificar senhas que foram alterados em sistema gerenciados;

4.16.2.127. Armazenamento de senhas pessoais;

4.16.2.129. Alerta de vencimento de informações armazenadas;

4.16.2.131. Logs de alteração de informações privilegiadas;

4.16.2.133. Compartilhamento de Vídeo sem Download com fluxo dentro da ferramenta.

4.16.2.135. Permissão para compartilhamento de informações com outros usuários.

4.16.2.137. A solução deve oferecer um link individual de uso temporário para que usuários possam realizar o acesso;

4.16.2.139. A solução deve fornecer acesso limitado para usuários terceiros, onde possam apenas iniciar



sessões em dispositivos pré-aprovados;

4.16.2.141. A solução deve permitir o cadastro simplificado de usuários terceiros sem a necessidade de os mesmos serem incluídos em ferramentas de gestão de acesso como Active Directory;

4.16.2.143. A solução deve ser disponibilizada sem a necessidade de instalação de agentes, tanto no computador do usuário final quanto nos dispositivos que serão acessados;

4.16.2.145. A solução deve prover acesso sem a necessidade do uso de VPN's no computador do usuário final;

4.16.2.147. A solução deve ser disponibilizada em instância única, sem a necessidade de conectores ou appliances adicionais;

4.16.2.149. A solução deve permitir limitar o acesso dos usuários com base na sua localidade geográfica;

4.16.2.151. A solução deve possuir fluxo de aprovação de acessos em multi-níveis;

4.16.2.153. A solução deve possibilitar a gestão de acessos e permissões a nível de usuário;

4.16.2.155. Gravação de Vídeo das sessões realizadas através de webproxy ou proxy transparente em formato otimizado;

4.16.2.157. Gravação de comandos digitados em ambientes RDP e SSH;

4.16.2.159. Oferecer opção de assistir o vídeo de uma sessão realizada diretamente na solução, sem necessidade de converter em formato de vídeo ou realizar download;

4.16.2.161. Expurgo Automático de Vídeos

4.16.2.163. Proxy Transparente com gravação de logs e vídeos ao sistema alvo sem revelar aos usuários as credenciais utilizadas através cliente local utilizado pelo usuário como Putty, ou RDP Client sem necessidade de abrir interface web ou baixar nenhum cliente adicional na máquina do usuário.

4.16.2.165. Exportação de sessão em formato vídeo;

4.16.2.167. Busca de registro de sessão por usuário, sistema alvo, ip alvo, data e hora;

4.16.2.169. Busca por comandos e entradas de teclado digitados em plataforma Linux;

4.16.2.171. Busca de comandos e entradas de teclado em plataforma Windows;

4.16.2.173. Gravação de Logs de Input e Output de comandos;

4.16.2.175. Sem necessidade de agentes locais para gravação de sessão;

4.16.2.177. Marcação de pontuação de comandos de acordo com nível de risco de cada comando.

4.16.2.179. Armazenamento e consulta de logs que forneçam ao menos, as seguintes informações:

- a) Identificação do usuário que realizou determinado acesso a um dispositivo;
- b) Identificação de quem aprovou o acesso do usuário;
- c) Data e hora do acesso realizado e das ações que o usuário realizou no dispositivo remoto.

4.16.2.181. Prover, ao menos, os seguintes filtros para a recuperação de logs:

- a) Usuário;
- b) Sistema-alvo acessado;
- c) Tipo de atividade;
- d) Intervalo de tempo (data/hora/minuto inicial e final).

4.16.2.187. Permitir o acompanhamento on-line de sessões remotas pelo administrador e desligamento da sessão remotamente;

4.16.2.189. Bloqueio de Comandos e Controle de Privilégios

4.16.2.191. Bloqueio ou alerta de comandos com alertas, interrupção de sessão ou apenas o registro de execução;

4.16.2.193. Possibilidade de bloqueio e auditoria de comandos específicos;

4.16.2.195. Interface para acesso via RDP a aplicações locais com gravação de sessão;

4.16.2.197. No caso de acesso a aplicação remota (Remote App) ao fechar a aplicação a sessão do usuário deve ser encerrada

4.16.2.199. Buscar por comandos específicos executados pelo usuário através de linha de comando em logs ou sessões gravadas;

4.16.2.201. Configuração de alertas imediatos quando realizados determinados comandos por usuários privilegiado;

4.16.2.203. Marcação de pontuação de comandos de acordo com nível de risco de cada comando.

4.16.2.205. Rotação de senhas

4.16.2.207. Troca automática de senhas para Servidores (Unix, Linux, Windows), Bancos de Dados (MS SQL, ORACLE, MYSQL, PostgreSQL), Aplicações Web, Dispositivos de Rede, Mainframe;

4.16.2.209. Geração automática de senhas de força/complexidade de acordo com as regras de cada tecnologia e Política de Segurança da instituição

4.16.2.211. Flexibilidade para configuração de força de senha gerada;

4.16.2.213. liberação de acesso para execução de tarefas específicas em plataforma SSH e TELNET.

4.16.2.215. Realizar a troca automática das senhas, em horário programado, após terem sido liberadas para uso ou por vencimento de prazo;

4.16.2.217. Possibilidade de gerenciar senhas privilegiadas em aplicações e integração com sistemas legado;

4.16.2.219. Templates com linguagem acessível e fácil interpretação;

4.16.2.221. Armazenamento de histórico de senhas por equipamento;

4.16.2.223. Registro de troca executadas;

4.16.2.225. Relatório de acompanhamento de trocas;

4.16.2.227. Relatório de erros de trocas;

4.16.2.229. Alertas de falha ou sucesso de trocas;

4.16.2.231. Templates abertos e configuráveis para criação de booking para execução de comandos específicos, conforme perfil do usuário ou grupo de usuários.

4.16.2.233. Cadastrar automaticamente chaves públicas das chaves SSH em servidores autorizados

4.16.2.235. Possibilidade de reconfiguração de scripts de troca por configuração;

4.16.2.237. Configuração de políticas de trocas de senhas com agendamento programado ou por ocorrências de eventos com especificação de parâmetros de prazo para a troca;

4.16.2.239. Disponibilizar os Templates de troca de senha de forma que possam ser abertos, editáveis e auditáveis;

4.16.2.241. Templates com linguagem acessível e fácil interpretação;

4.16.2.243. Fluxo de aprovação de alteração de Template para evitar fraudes;

4.16.2.245. Rastreabilidade de Alteração de Template;

4.16.2.247. Troca de senhas em aplicações HTTP/HTTPS com templates.

4.16.2.249. Análise de sessão de usuário baseado em histórico de comportamento. Análise mínima das variáveis de estações origem, estações destino, credenciais, horários, duração de sessão;

4.16.2.251. Identificação de comportamento diferenciados com alertas de anormalidade em relatórios em tela ou alertas para SIEM/SYSLOG;

4.16.2.253. Análise de sessão de usuários com pontuação de comando críticos com alertas de anormalidade em relatórios em tela ou alertas para SIEM/SYSLOG;

4.16.2.255. Dashboards gráficos com informações sobre riscos e ameaças.

4.16.2.257. Relatórios de operação com lista e usuários cadastrados, equipamentos cadastros, credenciais cadastradas;

4.16.2.259. Relatórios PCI;

4.16.2.261. Relatórios de Gestão de Evidências;

4.16.2.263. Relatórios de Auditoria;

4.16.2.265. Relatórios de Alertas;

4.16.2.267. Exportação para Excel (.csv);

4.16.2.269. Oferecer a funcionalidade de "Discovery" para realizar busca de credenciais em novos servidores, elementos de rede e bancos de dados, sendo capaz de levantar automaticamente as contas criadas nesses novos dispositivos;

4.16.2.271. Dashboard de utilização;

4.16.2.273. Dashboard de conexões;

4.16.2.275. Dashboard de utilização de sessões;

4.16.2.277. Dashboard de sessão;

4.16.2.279. Dashboard de usuário;

4.16.2.281. Dashboard de servidor;

4.16.2.283. Oferecer a funcionalidade de "Discovery" para realizar busca de novas credenciais no ambiente;

4.16.2.285. Caso seja necessária alguma integração com aplicações legadas e/ou com o ambiente interno, o mesmo deverá ser customizado e desenvolvido pelo fabricante em prazo acordado entre a contratada e contratante;

4.16.2.287. Console central de gerenciamento de aplicação com capacidade para:

- a) Suporte à utilização de certificados digitais válidos pela ICP-Brasil e certificados auto-assinados gerados pela própria solução;
- b) Criação de usuários;
- c) Oferecer opção de assistir o vídeo de uma sessão realizada diretamente na solução, sem necessidade de converter em formato de vídeo ou realizar download;
- d) Busca de sessão gravada;
- e) Possibilidade de sessão remota através de programa clientes instalados na estação de trabalho do usuário sem a necessidade de passar por aplicação web ou baixar nenhum cliente adicional na máquina do usuário;
- f) Busca de Consulta de senhas;
- g) Gestão de políticas de acesso centralizadas;
- h) Autenticação centralizada integrada com autenticação por certificado digital pessoal para usuários e administradores;
- i) Cadastro de dispositivos centralizados.

#### 4.16.3. **ITEM 11 - Operação Assistida**

4.16.4.1. Durante o período de vigência do contrato, o órgão terá direito a operação assistida especializada, na forma de um banco de horas, utilizado sob demanda, para os serviços de implantação, configuração, migração e/ou upgrade e pós-implantação;

4.16.4.3. Os serviços que eventualmente acarretem risco para os sistemas em produção ou requeiram parada de servidores e equipamentos, somente poderão ser executados fora de expediente, em horários previamente acordados com a área de TI do local de instalação;

4.16.4.5. As horas demandadas pelo ÓRGÃO visam a implantação, configuração, migração e/ou upgrade e pós-implantação em termos de melhoria da solução de software instalada e dos serviços executados;

4.16.4.7. Estes serviços deverão ser prestados sob demanda, na modalidade 5 x 8 (cinco dias na semana, oito horas por dia – horário comercial);

4.16.4.9. Para a prestação deste serviço, a Contratada somente poderá empregar profissionais capacitados e certificados nos produtos fornecidos;

4.16.4.11. O ÓRGÃO oficializará a solicitação deste apoio por meio da emissão de uma “Ordem de Serviço – OS”;

4.16.4.13. A execução será sempre precedida da emissão pelo ÓRGÃO da competente “Ordem de Serviço – OS”, contendo no mínimo: descrição do serviço, prazo para a execução do serviço, período para a execução do serviço, local da execução do serviço, especificações técnicas do serviço e produtos esperados;

4.16.4.15. Uma “Ordem de Serviço – OS” somente estará autorizada após conferência e atesto do Gestor do Contrato;

4.16.4.17. Toda “Ordem de Serviço – OS” deverá ser assinada pelo Gerente do Projeto, representante da Contratada perante o ÓRGÃO, declarando a concordância da Contratada em executar as atividades descritas na “Ordem de Serviço – OS”, de acordo com as especificações estabelecidas pelo ÓRGÃO;

4.16.4.19. Os serviços deverão estar sempre de acordo com as especificações constantes nas “Ordens de Serviços – OS”;

4.16.4.21. O controle da execução dos serviços se dará em 03 (três) momentos, a saber: no início da execução – quando a “Ordem de Serviço – OS” é emitida pelo ÓRGÃO, durante a execução – com o acompanhamento e supervisão de responsáveis do ÓRGÃO, e ao término da execução – com o fornecimento de “Relatórios de Atividade de Consultoria Especializada” pela Contratada e atesto dos mesmos por responsáveis do ÓRGÃO;

4.16.4.23. Todos os serviços prestados pela Contratada deverão ser necessariamente documentados, registrados e entregues ao ÓRGÃO por ela;

4.16.4.25. Os serviços de apoio de implantação, configuração, migração e/ou pós-implantação deverão ser executados preferencialmente em horário comercial, de segunda a sexta-feira, excetuando-se naqueles casos que necessariamente haja intervenção em serviços de produção;

4.16.4.27. A partir da emissão da “Ordem de Serviço – OS”, a Contratada terá até 07 (sete) dias úteis para iniciar a sua execução, ressalvados os casos em que comprovadamente seja necessário um agendamento dos trabalhos.

4.16.4.29. Caso o ORGÃO não faça uso da Operação Assistida, esse item não acarretará custos ao órgão.

#### 4.17. **Requisitos de projeto e implementação**

4.18.1. Não se aplica, pois não serão criados ou desenvolvidos produtos ou soluções. A contratação envolve o fornecimento de uma solução completa e funcional, pronta para ser utilizada, dependendo apenas da instalação e configuração no ambiente da CONTRATANTE.

#### 4.19. **Requisitos de implantação**

4.20.1. A implantação da solução deve ocorrer com a participação direta de técnicos designados pela CONTRATANTE e cada passo do processo de implantação deve ser devidamente documentado pela CONTRATADA, que deve apresentar relatório com o detalhamento do processo realizado ao final do processo de implantação como requisito para o aceite definitivo.

4.20.3. A CONTRATANTE irá fornecer toda a infraestrutura necessária para instalação e funcionamento da solução;

4.20.5. A CONTRATADA deverá comunicar previamente à CONTRATANTE possíveis interrupções de outros serviços ou parada de equipamentos, em decorrência da execução das atividades de instalação, para que sejam tomadas as devidas providências.

4.20.7. A CONTRATADA deverá executar o processo de integração da nova solução com o ambiente atualmente em produção fazendo a devida compatibilidade técnico-operacional, dentro do prazo de instalação. Qualquer problema ou incompatibilidade verificados serão de responsabilidade da CONTRATADA e deverão ser resolvidos por ela.

4.20.9. A CONTRATADA será responsável por todos os serviços de instalação, reinstalação, configuração, programação, reprogramação, componentes, acessórios, softwares e outros necessários ao perfeito funcionamento das licenças e produtos contratados.

4.20.11. A instalação deverá ser efetuada de forma a não comprometer o funcionamento dos sistemas, recursos ou equipamentos da CONTRATANTE atualmente em operação.

4.20.13. Configurações que exigirem interrupção de serviços em produção deverão ser realizadas em período fora do horário de expediente ou durante fins de semana, sem ônus adicional a CONTRATANTE e mediante comunicação prévia.

4.20.15. A instalação/configuração deverá ser realizada de tal forma que as interrupções no ambiente de produção sejam as mínimas possíveis e estritamente necessárias, e que, ainda, não causem transtornos aos usuários finais da CONTRATANTE.

4.20.17. A CONTRATADA deverá disponibilizar 1 (um) gerente de projeto, que deverá acompanhar a implantação da solução, zelar pela qualidade dos resultados e garantir o atendimento dos requisitos estipulados, conforme especificações técnicas constantes no Termo de Referência.

4.20.19. A CONTRATADA deverá apresentar previamente quaisquer alteração que sejam propostas, relacionadas com a execução das atividades à CONTRATANTE, para análise e aprovação.

4.20.21. Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade pelo deslocamento dos técnicos responsáveis pela instalação e configuração até o local de montagem da solução.

#### 4.21. **Requisitos de garantia técnica do objeto e de manutenção**

4.22.1. Para todas as licenças deverão ser fornecidas garantia e atualizações do fabricante para o período mínimo de 12 meses, contados da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo pela CONTRATANTE, conforme teste de bancada a ser realizado para comprovação de todas as funcionalidades solicitadas, contemplando manutenção preventiva e corretiva, incluindo atualização de versões, assim como suporte técnico, tanto para os produtos (software) quanto para todos os serviços contemplados pelo objeto.

4.22.3. A Contratada deverá garantir que os serviços objeto deste Termo de Referência atenderão ao padrão de qualidade exigido pela indústria de informática e pela CONTRATANTE.

4.22.5. Para o suporte técnico especializado a CONTRATADA ou o fabricante deverão disponibilizar central de atendimento para abertura de chamado, das 8h às 18h, 5 (cinco) dias por semana. Os chamados poderão ser abertos através dos seguintes canais:

a) Telefone;

c) E-mail;

e) Página web (chat) mantida pela CONTRATADA ou pelo fabricante da solução.

4.22.7. Deve ser disponibilizado pela CONTRATADA sistema WEB online que permita a geração de relatórios de chamados.

4.22.9. Os relatórios deverão apresentar, pelo menos, a identificação do chamado, o status (aberto, fechado ou suspenso), a localidade de abertura, data/hora de abertura do chamado, tempo de atendimento, tempo de resolução, identificação dos equipamentos ou softwares que apresentaram defeito e procedimentos executados para correção do problema, bem como outras anotações pertinentes. As pesquisas deverão ser disponibilizadas através do nome do equipamento, do número serial ou da

identificação do chamado (ordem de serviço, por exemplo).

- 4.22.11. É de responsabilidade da CONTRATADA a disponibilização de todos os recursos necessários para o atendimento deste item, bem como para o cumprimento dos níveis de serviço determinados neste instrumento.
- 4.22.13. Todo chamado a ser aberto deve conter, minimamente, a identificação do chamado, o usuário solicitante, a localidade, o horário de abertura pelo usuário, início e término do atendimento do chamado, identificação do equipamento/módulo, número de série do equipamento, a descrição do chamado e a solução aplicada.
- 4.22.15. A abertura de chamado técnico será feita por profissional da CONTRATANTE que acompanhará toda a execução do serviço até o encerramento do atendimento.
- 4.22.17. Poderão ser abertos chamados de consultas técnicas para sanar dúvidas, repassar conhecimentos ou obter melhores práticas.
- 4.22.19. A comunicação pela CONTRATADA de que o chamado foi concluído ensejará análise e ateste do profissional que acompanhou a execução do serviço.
- 4.22.21. Somente após o ateste do profissional da CONTRATANTE o chamado poderá ser considerado concluído.
- 4.22.23. O serviço de manutenção, atualização e suporte técnico da Solução de Auditoria em ambiente Microsoft deve obrigatoriamente prover:
- 4.22.24.1. Atualização das versões dos softwares fornecidos, se novas versões forem disponibilizadas;
- 4.22.24.3. Atualização dos softwares fornecidos se houver lançamento de novos softwares em II - substituição aos fornecidos, ou mesmo não sendo uma substituição, se ficar caracterizada uma descontinuidade dos softwares fornecidos.
- 4.22.25. Durante o período contratual a contratada executará, sem ônus adicionais, correções de falhas (bugs) de software;
- 4.22.27. Durante o período contratual, caso haja alteração, a contratada deverá entregar a revisão dos manuais técnicos e/ou documentação, já entregues anteriormente, dos softwares licenciados, sem ônus adicionais para o CONTRATANTE;
- 4.22.29. As novas versões do objeto contratado deverão ser disponibilizadas em até 5 (cinco) dias corridos, a partir do lançamento oficial da versão.
- 4.22.31. Contratada deverá assegurar e responsabilizar-se pela continuidade do fornecimento dos serviços contratados, zelando por sua disponibilidade e pela aderência aos requisitos de qualidade e aos Níveis Mínimos de Serviço exigidos.
- 4.22.33. A Contratada também responderá pela reparação dos danos causados ao Contratante e/ou a terceiros devido aos defeitos nos serviços ocasionados em razão de ação sua ação ou omissão.
- 4.22.35. Os equipamentos fornecidos e implantados e os serviços a eles relacionados, Objetos deste Termo de Referência, deverão possuir no mínimo 12 (doze) meses de garantia, contra defeitos de fabricação, defeitos técnicos ou impropriedades, a contar da data de emissão do Termo de Recebimento Definitivo e atesto da nota fiscal/fatura.
- 4.22.37. A contratada e/ou fabricante deverá prover o serviço de suporte e atualização da solução durante o período de vigência do contrato e deverá atender às seguintes premissas:
- 4.22.38.1. O CONTRATANTE poderá abrir chamado diretamente com o fabricante da solução;
- 4.22.38.3. Os chamados serão ilimitados para o suporte on-line e on-site;
- 4.22.38.5. Deverá ser fornecida uma Central de Atendimento (sítio na Internet, e-mail e telefone 0800 ou número para ligação local), sem custo adicional ao CONTRATANTE para consultas, aberturas de chamados técnicos e envio de arquivos para análise, durante 8 (oito) horas por dia, 5 (cinco) dias por semana, obrigatoriamente em português Brasileiro;
- 4.22.38.7. O suporte on-line (telefone e e-mail) deverá ser disponibilizado das 8h às 12h e das 14h às 18h, 5 (cinco) dias por semana, respeitado os feriados nacionais e finais de semana, obrigatoriamente em português Brasileiro;
- 4.22.38.9. O suporte on-line deverá disponibilizar ferramenta de acesso remoto e proporcionar o referido acesso quando solicitado, mediante autorização do órgão;
- 4.22.38.11. Em caso de mudança de endereço, o CONTRATANTE deverá comunicar expressamente à contratada, com antecedência de 30 (trinta) dias;
- 4.22.39. Devem ser cumpridos os prazos máximos para resposta aos acionamentos, de acordo com o nível de severidade de cada chamado, conforme abaixo:

<b>Classificação</b>	<b>Descrição</b>	<b>Prazo para iniciar o Atendimento (em horas)</b>	<b>Tempo máximo de Solução (em horas)</b>
Urgente	Serviço parado no ambiente de produção.	1	8
Muito Importante	Erros ou problemas que impactam o ambiente de produção.	2	24
Importante	Problemas contornáveis.	4	48
Relevante	Problemas com serviços não essenciais, que não impactam o negócio do cliente.	4	120
Informação	Consulta técnica, dúvidas em geral, monitoramento.	4	48

4.22.41. O prazo para iniciar o atendimento começa a ser contado a partir da hora da abertura do chamado de suporte, através de um dos canais oferecidos pela contratada;

4.22.43. A contagem do prazo de solução se inicia no momento da chegada do técnico de suporte ao local onde está a solução ou a partir da intervenção remota;

4.22.45. Entende-se por término de atendimento a disponibilidade da solução para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalada;

4.22.47. O nível de severidade será informado pelo CONTRATANTE no momento da abertura de cada chamado;

4.22.49. O nível de severidade poderá ser reclassificado a critério do CONTRATANTE. Caso isso ocorra haverá o início de nova contagem de prazo, conforme o novo nível de severidade;

4.22.51. Todas as solicitações de suporte técnico devem ser registradas pela contratada para acompanhamento e controle da execução do serviço;

4.22.53. Para a execução de atendimento, é necessária a autorização do CONTRATANTE para instalação ou desinstalação de quaisquer softwares ou equipamentos que não façam parte da Solução de auditoria da contratada;

4.22.55. A contratada deve emitir um relatório do atendimento mensal, em arquivo eletrônico ou em sistema de consulta online, com informações analíticas e sintéticas dos chamados de suporte técnico;

4.22.57. Não se encaixam nos prazos descritos nos itens referentes aos níveis de criticidade, problemas cuja solução dependa de correção de falhas (bugs) ou da liberação de novas versões e patches de correção, desde que comprovados pelo fabricante da solução;

4.22.59. Para esses problemas, a contratada deverá, nos prazos estabelecidos nos níveis de criticidade, restabelecer o ambiente, através de uma solução paliativa e informar ao CONTRATANTE, em um prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, quando a solução definitiva será disponibilizada ao CONTRATANTE;

4.22.61. Esta solução definitiva deverá ser disponibilizada no prazo máximo de 60 (sessenta) dias úteis, contados a partir do chamado aberto pelo contratante, no caso da necessidade de criação de um patch/fix;

4.22.63. Nos casos em que as manutenções necessitem de paradas da solução, o CONTRATANTE deverá ser imediatamente notificado para que se proceda a aprovação da manutenção, ou para que seja agendada nova data, a ser definida pelo CONTRATANTE, para execução das atividades de manutenção;

4.22.65. A contratada deverá realizar o atendimento, sem custo extra ao CONTRATANTE, caso seja necessário agendar uma parada fora do horário de expediente, que é de segunda a sexta das 8h às 18h;

4.22.67. A contratada deverá, sempre que solicitado, emitir relatórios de atendimento de todas as intervenções realizadas, preventivas ou corretivas, programadas ou de emergência, ressaltando os fatos importantes e detalhando os pormenores das intervenções;

4.22.69. Os relatórios deverão ser assinados por representante do CONTRATANTE responsável pelo acompanhamento do serviço, que se obriga a acompanhar a execução das manutenções.

4.22.71. Caso o defeito apresentado nos equipamentos não seja de simples solução e que não seja possível a sua correção no prazo estabelecido no Subitem anterior a Contratante poderá, mediante as justificativas apresentadas, aceitar a prorrogação do prazo para a realização dos serviços.

4.22.73. Nesse caso, a contratada deverá fornecer peça ou componente igual ou similar em substituição provisória, sem que implique acréscimos aos preços contratados.

4.22.75. A substituição de peças, componentes ou equipamentos que constam deste Termo de Referência, deverá ser efetuada com material original novo, não recondicionado, recomendado pelo fabricante.

4.22.77. Durante o período de garantia, as despesas com a desmontagem, a montagem, a substituição de partes ou de equipamentos como um todo e o transporte para o atendimento das condições previstas neste item, correrão por conta do licitante vencedor, não cabendo a Contratante quaisquer ônus.

4.22.79. A Contratada deverá durante o período de garantia disponibilizar número de telefone gratuito direto da Centro de Suporte da Contratada para se sejam solicitados suportes técnicos referentes ao

sistema.

4.22.81. O prazo de atendimento aos chamados técnicos será em até 24 (vinte e quatro) horas, após o comunicado do contratante e, o prazo de solução do problema não crítico será de até 05 (cinco) dias úteis e de problemas críticos será de até 03 (três) dias úteis e, em hipótese alguma os equipamentos poderão ficar inoperantes por mais de 03 (três) dias úteis.

4.22.83. A Contratada deverá fornecer e aplicar pacotes de correção, em data e horário a serem definidos pelo CONTRATANTE, sempre que forem encontradas falhas de operação em software que integrem o objeto do contrato.

#### 4.23. **Requisitos de experiência profissional**

4.24.1. Os profissionais escalados para intervir no ambiente da CONTRATANTE deverão ter participado de atividade semelhante, de instalação ou configuração envolvendo os produtos adquiridos;

4.24.2.1. A CONTRATADA deverá apresentar declaração, podendo ser fornecida pelo fabricante, de que o profissional já participou de atividade de instalação ou configuração dos produtos fornecidos.

#### 4.25. **Requisitos de formação da equipe**

4.26.1. Toda e qualquer intervenção nos componentes da solução, incluindo configuração inicial, integração com o ambiente operacional, deve ser realizada por profissionais comprovadamente qualificados pelo fabricante da solução ou pela CONTRATADA.

4.26.2.1. A comprovação deve ser feita através da apresentação de certificados de capacitação emitidos em nome do profissional.

#### 4.27. **Requisitos de metodologia de trabalho**

4.28.1. O planejamento dos serviços de instalação deve resultar num documento de escopo de trabalho. Neste documento devem constar:

4.28.2.1. As atividades que serão realizadas, os prazos estimados para cada atividade, as diretrizes dos serviços que serão realizados, os locais de execução, as informações necessárias e os padrões que serão aplicados;

4.28.3. Todos os parâmetros a serem configurados deverão ser alinhados entre as partes em reuniões de pré-projeto, devendo a CONTRATADA sugerir as configurações de acordo com normas técnicas e boas práticas, cabendo à CONTRATANTE a sua aceitação expressa ou recusa nos casos de não atendimento das condições estabelecidas;

4.28.5. A instalação, atualização e configuração dos softwares de gerenciamento da solução será realizada pela CONTRATADA;

4.28.7. A CONTRATANTE será a responsável pela gestão do contrato e pela verificação da aderência aos padrões de qualidade exigidos dos produtos e serviços entregues, e a CONTRATADA será responsável pelo fornecimento dos equipamentos ou softwares e gestão dos recursos humanos e materiais necessários para a prestação do suporte técnico.

#### 4.29. **Crítérios e práticas de sustentabilidade**

4.30.1. A CONTRATADA deverá atender no que couber, os critérios de sustentabilidade ambiental.

4.30.3. A execução do objeto deste contrato será realizada de acordo com os critérios contidos no art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG n.º 01/2010, que dispõe sobre os critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras, no Decreto n.º 7.746/12, que estabelece critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, na Lei n.º 12.305/10, que institui a Política de Resíduos Sólidos, como também nas questões referentes ao Guia Nacional de Contratações sustentáveis no que diz respeito a Soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

4.30.5. São diretrizes de sustentabilidade, a serem observadas pela CONTRATADA, entre outras: menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água; preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local; maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia; maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local; maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra; uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

4.30.7. Observar sempre as melhores práticas de configuração de *software* e sua aderência ao ambiente de infraestrutura existente.

4.30.8. As configurações de software deverão ser executadas visando alto desempenho com o uso racional de energia, evitando-se a sobrecarga de equipamentos ou dispositivos elétricos.

### 5. **OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES**

#### 5.1. **Deveres e responsabilidades da CONTRATANTE**

5.2.1. Nomear o Gestor e Fiscais Técnico, Administrativo e Requisitante do Contrato, para acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONTRATADA, conforme o disposto no art. 29 da IN SGD/ME

5.2.2. Encaminhar formalmente a demanda por meio de Ordem de Serviço de acordo com os critérios estabelecidos no Termo de Referência, observando-se o disposto nos Arts. 18 e 32 da IN SGD/ME Nº 01/2019;

5.2.3. Receber o objeto fornecido pela CONTRATADA que esteja em conformidade com a proposta aceita, conforme inspeções realizadas;

5.2.4. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.

5.2.5. Liquidar o empenho e efetuar o pagamento à CONTRATADA, dentro dos prazos preestabelecidos em contrato;

5.2.6. Comunicar à CONTRATADA todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o fornecimento da Solução de TIC;

5.2.7. Definir produtividade ou capacidade mínima de fornecimento da Solução de TIC por parte da contratada, com base em pesquisas de mercado, quando aplicável;

5.2.8. Realizar, no momento da licitação e sempre que possível, diligências e/ou Prova de Conceito com o licitante classificado provisoriamente em primeiro lugar, para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas.

5.2.9. Prever que os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de TIC sobre os diversos artefatos e produtos produzidos ao longo do contrato, incluindo a documentação, o código-fonte de aplicações, os modelos de dados e as bases de dados, pertençam à Administração, justificando os casos em que isso não ocorrer;

5.2.10. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência, Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.2.11. Proporcionar as facilidades necessárias à boa execução do contrato, observadas as Normas de Segurança Corporativa vigentes;

5.2.12. Exigir, a qualquer tempo, a comprovação das condições da CONTRATADA que ensejaram sua contratação;

5.2.13. Permitir o acesso dos representantes ou prepostos da CONTRATADA ao local de entrega/execução, diligenciando nos casos que exigirem providências corretivas;

5.2.14. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto desta contratação;

5.2.15. Impedir que terceiros executem os procedimentos de suporte técnico dos softwares fornecidos;

5.2.16. Não revelar, copiar, duplicar, reproduzir, autorizar ou permitir a utilização por terceiros dos softwares licenciados para o seu uso;

5.2.17. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela CONTRATADA com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da CONTRATADA, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 5.3. **Deveres e responsabilidades da CONTRATADA**

5.3.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

5.3.3. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

5.3.5. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português ou inglês e da relação da rede de assistência *técnica autorizada*;

5.3.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

5.3.9. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

5.3.11. Comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

5.3.13. Indicar formalmente e por escrito, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato, junto à contratante, um preposto idôneo com poderes de decisão para representá-la, principalmente no tocante à eficiência e agilidade da execução do objeto deste Termo de Referência, e que deverá responder pela fiel execução do contrato;



5.3.15. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

5.3.17. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo VIII-B da IN SEGES/MP n. 5/2017;

5.3.19. Atender prontamente quaisquer orientações e exigências da Equipe de Fiscalização do contrato, inerentes à execução do objeto contratual;

5.3.21. Reparar quaisquer danos diretamente causados à CONTRATANTE ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual, não excluindo ou reduzindo a responsabilidade da fiscalização ou o acompanhamento da execução dos serviços pela CONTRATANTE;

5.3.23. Propiciar todos os meios necessários à fiscalização do contrato pela CONTRATANTE, cujo representante terá poderes para sustar o fornecimento, total ou parcial, em qualquer tempo, desde que motivadas as causas e justificativas desta decisão;

5.3.25. Manter, durante toda a execução do contrato, as mesmas condições da habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.27. Quando especificada, manter, durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de TIC;

5.3.29. Quando especificado, manter a produtividade ou a capacidade mínima de fornecimento da Solução de TIC durante a execução do contrato;

5.3.31. Ceder os direitos de propriedade intelectual e direitos autorais da Solução de Tecnologia da Informação sobre os diversos artefatos e produtos produzidos em decorrência da relação contratual, incluindo a documentação, os modelos de dados e as bases de dados, à Administração;

5.3.33. Executar o objeto do certame em estreita observância dos ditames estabelecido pela Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD).

5.3.35. Não veicular publicidade ou qualquer outra informação acerca da prestação dos serviços do contrato, sem prévia autorização da contratante;

5.3.37. Não fazer uso das informações prestadas pela contratante para fins diversos do estrito e absoluto cumprimento do contrato em questão;

5.3.39. A CONTRATADA e seus prepostos, que participarem da execução desta relação contratual, se obrigam a guardar sigilo dos dados e das informações postas à sua disposição, no grau em que tenham sido previamente qualificados pela parte que os forneceu, não podendo cedê-los a terceiros ou divulgá-los de qualquer forma sem anuência expressa da CONTRATANTE, devendo assinar um Termo de Manutenção de Sigilo e providenciar que os seus funcionários assinem o Termo de Ciência;

5.3.41. Responsabilizar-se por quaisquer ônus decorrentes de eventuais imprevistos relacionados à execução do contrato;

5.3.43. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a execução do contrato;

5.3.45. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e comerciais resultantes da contratação, isentando a CONTRATANTE de qualquer responsabilidade solidária ou subsidiária;

5.3.47. Responsabilizar-se pelo imediato atendimento a eventual solicitação da CONTRATANTE, no sentido de fornecer prontamente quaisquer informações e documentos relativos às atividades da empresa;

5.3.49. Prestar os esclarecimentos julgados necessários, bem como informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone, endereço eletrônico (e-mail) e o nome da pessoa autorizada para contatos;

5.3.51. Fornecer, sempre que solicitado, amostra para realização de Prova de Conceito para fins de comprovação de atendimento das especificações técnicas;

5.3.53. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

5.3.55. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do art. 57 da lei 8.666.

## **6. MODELO DE EXECUÇÃO DO CONTRATO**

## 6.1. Rotinas e Condições gerais de execução

### 6.1.1. Após a assinatura do Contrato, o Gestor do contrato deve convocar a Reunião Inicial com todos os envolvidos na contratação. Na Reunião Inicial:

6.1.2.1. O representante legal da contratada deverá apresentar o Preposto bem como os técnicos envolvidos na execução do serviço;

6.1.2.3. Na oportunidade da reunião, também deverão ser apresentados os certificados de capacitação da equipe que irá executar a instalação e configuração da solução adquirida;

6.1.2.5. A CONTRATADA deverá entregar, devidamente assinados, o Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo e o Termo de Ciência;

6.1.2.7. Serão definidas as expectativas do projeto bem como a forma de execução e acompanhamento dos serviços.

### 6.1.3. Prazos, horários de fornecimento de bens ou prestação dos serviços e locais de entrega

6.1.4.1. O Prazo de entrega da solução/início da prestação dos serviços será de até 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data de assinatura do contrato;

6.1.4.3. Os serviços deverão ser prestados na Sede da ABIN, no Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1 - Asa Sul, CEP:70610-905, no período das 08 às 12 horas e das 14 às 17 horas, em dias úteis;

6.1.4.5. Eventualmente, tarefas excepcionais poderão ser executadas fora do horário especificado, desde que previamente acordado com a CONTRATANTE;

6.1.4.7. Caso os bens sejam importados, deve-se comprovar, no momento da entrega do objeto, a origem dos bens oferecidos e a quitação dos tributos de importação;

6.1.4.9. Para a operação assistida, os serviços deverão ser prestados em até 7 (sete) dias úteis, após a emissão da Ordem de Serviço - OS, devendo estar disponível na modalidade 5x8 (cinco dias na semana, oito horas por dia - horário comercial).

### 6.1.5. Documentação mínima exigida

6.1.6.1. Deverão ser fornecidos manuais técnicos do usuário e de referência (*datasheets*) contendo todas as informações sobre os produtos com as instruções para instalação, configuração, operação e administração;

6.1.6.3. A CONTRATADA deverá fornecer documentação completa da solução, incluindo orientações de instalação, especificação do software, características e funcionalidades;

6.1.6.5. A CONTRATADA deve fornecer, também:

6.1.6.7. Desenho lógico da implantação, comentários e configurações executadas. Deverá conter também todas as configurações executadas em equipamentos de terceiros, quando for o caso;

6.1.6.9. Documento de planejamento detalhando todos os componentes da solução, incluindo equipamentos e softwares, além dos detalhes técnicos da solução e do escopo de trabalho, contendo:

a) A arquitetura da solução, detalhando todos os componentes de hardware e software, além da descrição do papel de cada um deles individualmente no contexto da solução como um todo;

c) Diagrama de interconexão dos equipamentos (infraestrutura lógica) incluindo portas (sockets) de comunicação entre os componentes da solução;

e) Um diagrama de implantação, detalhando todos os componentes fornecidos pela CONTRATADA que fazem parte da solução, além de todas as conexões lógicas entre os esses componentes;

6.1.6.11. Ao término dos serviços deve ser criado um relatório detalhado contendo todos os itens configurados no projeto (relatório *as-built*), etapas de execução e toda informação pertinente para posterior consulta e manutenção da solução, tais como usuários e endereços de acesso, ajustes realizados e o resumo das configurações dos equipamentos. Este relatório deve ser enviado pela CONTRATADA à CONTRATANTE em até 15 dias após a finalização da implantação da solução;

### 6.2. Papeis e responsabilidades da CONTRATANTE e CONTRATADA na execução contratual

O monitoramento da execução do contrato será realizado pelo Gestor do Contrato e os respectivos fiscais administrativo, requisitante e técnico do contrato.

6.2.2. **Preposto** - É o representante da CONTRATADA, responsável por acompanhar a execução contratual e atuar como interlocutor principal junto à CONTRATANTE, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder as principais questões técnicas, legais e administrativas referentes ao andamento contratual.

6.2.3. **Fiscal Técnico do Contrato** - É o servidor representante da área de tecnologia da informação da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos técnicos da contratação e pelas seguintes atribuições:

- a) Confecção e assinatura do termo de recebimento provisório quando da entrega do objeto resultante de cada ordem de serviço ou de fornecimento de bens;
- c) Avaliação da qualidade dos serviços realizados ou dos bens entregues e de justificativas existentes, a partir da aplicação das listas de verificação e de acordo com os critérios de aceitação definidos;
- e) Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejaram a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação técnica;
- g) Identificação das ocorrências de não conformidade com os requisitos estabelecidos.

6.2.4. **Fiscal Administrativo do Contrato** - É o servidor representante da Área Administrativa da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização dos aspectos administrativos da contratação e pelas seguintes atribuições:

- a) Verificação da manutenção das obrigações assumidas pela CONTRATADA que ensejaram a contratação, referentes aos critérios de habilitação e qualificação;
- c) Verificação de aderência aos termos contratuais;
- e) Verificação das regularidades fiscais, trabalhistas e previdenciárias para fins de pagamento.

6.2.5. **Fiscal Requisitante do Contrato** - É o servidor representante da área requisitante da CONTRATANTE, responsável pela fiscalização do ponto de vista funcional da solução de tecnologia da informação e pelas seguintes atribuições:

- a) Confecção e assinatura do termo de recebimento definitivo, juntamente com o gestor do contrato, para fins de encaminhamento para pagamento com base nas informações produzidas;
- c) Verificação da manutenção da necessidade, economicidade e oportunidade da contratação.

6.2.6. **Gestor do Contrato** - É o servidor da CONTRATANTE com atribuições gerenciais, técnicas e operacionais relacionadas ao processo de gestão do contrato, sendo responsável por:

- a) Encaminhamento das demandas de correção à contratada;
- c) Encaminhamento de indicação de sanções para Área Administrativa da contratante;
- e) Autorização para emissão de nota(s) fiscal(is), a ser(em) encaminhada(s) ao preposto da contratada;
- g) Encaminhamento à Área Administrativa de eventuais pedidos de modificação contratual;
- i) Manutenção do Histórico de Gestão do Contrato, contendo registros formais de todas as ocorrências positivas e negativas da execução do contrato, por ordem histórica;
- k) Aprovação e priorização junto à CONTRATADA das demandas de serviços a serem atendidas.

6.2.7. **Forma de transferência de conhecimentos**

6.2.8.1. A transferência de conhecimentos será realizada através de *hands-on* ou através de treinamento para utilizar as funcionalidades da solução, em que a CONTRATADA deverá instruir a equipe da CONTRATANTE a operar todos os componentes da solução, de forma a prover o conhecimento dos recursos técnicos e operacionais necessários à utilização, ainda durante a implantação da solução;

6.2.9. **Atividades de transição contratual e de encerramento do contrato**

6.2.10.1. Não haverá transição contratual, uma vez que, em caso de substituição da solução quando do encerramento contratual, a solução substituta deverá ser implantada pela eventual contratada, garantindo a migração do ambiente instalado, das rotinas de execução e de todas as demais configurações necessárias a deixar o ambiente apto e funcional.

6.3. **Quantidade mínima de bens ou serviços para comparação e controle**

6.4.1. Apresenta-se o quadro abaixo com o quantitativo de itens a serem adquiridos nesta contratação.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
<b>Grupo 1</b> Solução de Auditoria Interna de Rede	1	Renovação Varonis DatAdvantage for Windows File server para 12 meses	UND	1.300
	2	Renovação Varonis DatAdvantage for Active Directory para 12 meses	UND	400
	3	Renovação Varonis DatAdvantage for Microsoft Exchange para 12 meses	UND	400
	4	Renovação Varonis DatAlert para 12 meses	UND	1.300
	5	Expansão Varonis DatAdvantage for Windows File server para 12 meses	UND	100
	6	Expansão Varonis DatAdvantage for Active Directory para 12 meses	UND	1.000
	7	Expansão Varonis DatAdvantage for Microsoft Exchange para 12 meses	UND	1.000
	8	Expansão Varonis DatAlert para 12 meses	UND	100
	9	*Operação Assistida	HORAS	250
<b>Grupo 2</b> Portal de Gerenciamento de Identidades Privilegiados	10	Solução de Portal de permissionamento para 12 meses	UND	1
	11	*Operação Assistida	HORAS	250

6.4.2. Os Serviços de Operação assistida são horas de consultoria, utilizadas sob demanda, prestados pela CONTRATADA que visam auxiliar a CONTRATANTE na implantação de funcionalidades, avaliar a utilização da solução, orientar e aplicar as melhores práticas, bem como otimizar os processos de auditoria de TIC. Nesse sentido, não é possível dizer previamente o volume exato para as requisições de serviços do fabricante. Portanto, serão indicadas as quantidades estimadas que poderão ser consumidas durante o período de vigência do contrato.

6.4.3. De antemão, a equipe de contratação planeja a utilização dessas horas iniciais de consultoria para:

Serviço de consultoria	Recorrência	Horas estimadas	Horas estimadas (12 meses)
Avaliar cenário para implantar novas funcionalidades de auditoria de TIC tendo como objetivo resguardar os ambientes hospedados na nuvem interna da ABIN.	1 vez	40	40
Otimizar processos de varredura de auditoria de TIC existentes atualmente no ambiente da rede da agência.	1 vez	24	24
Propor e apresentar alternativas de solução para ocorrências de segurança na rede da agência.	Mensal	4	48
Revisão da eficiência dos processos de auditoria de TIC.	Bimestral	8	48
		<b>TOTAL</b>	<b>160</b>

6.4.3.2. Para estimar 250 (duzentos e cinquenta) horas do serviço de Operação Assistida foi levado em consideração o uso planejado das 160 (cento e sessenta) horas, conforme demonstrado acima e ainda uma excedente de horas que poderão ser utilizados nas atividades elencadas, caso a estimativa não se cumpra e ainda para treinamentos da equipe ou implementação de outras funcionalidades e relatórios personalizados.

## 6.5. Mecanismos formais de comunicação

6.5.1. Qualquer notificação, solicitação ou comunicação que as partes devam enviar uma à outra será feita por escrito e considerar-se-á efetuada no momento em que o documento for entregue ao destinatário nos endereços indicados no instrumento convocatório e nas propostas comerciais dos licitantes, ou outro endereço indicado por escrito pela contratada;

6.5.3. Serão considerados mecanismos formais de comunicação a serem utilizados para troca de informações entre a CONTRATADA e a CONTRATANTE todos aqueles definidos pela legislação em vigor, tais como e-mail, portal na Internet (site), Ordem de serviço ou de Fornecimento de Bens, ofício, carta, telefone, fax ou meio informatizado que armazene o histórico da tramitação das solicitações e respostas;

6.5.5. A CONTRATADA deverá prestar, ainda, serviço de atendimento telefônico via ligação local, e/ou serviço web para registro e abertura de ocorrências, das quais deverá constar um número de registro. Os números de telefones e endereços eletrônicos informados passam a constituir mecanismos formais de comunicação.

6.5.7. Ordem de Serviço (OS), a ser utilizada pela CONTRATANTE para demandar atividades relacionadas à Operação Assistida, conforme ANEXO IV;

**6.5.9. Da exigência da garantia de execução contratual**

6.5.10.1. A exigência de prestação de garantia objetiva assegurar que a CONTRATADA efetivamente cumpra as obrigações contratuais assumidas, tornando possível à Administração a reposição de eventuais prejuízos que possa vir a sofrer em caso de inadimplemento;

6.5.10.3. Caberá à CONTRATADA, no período de garantia, sem ônus para a CONTRATANTE, realizar toda e qualquer correção decorrente de erros ou falhas cometidas na execução dos serviços contratados e/ou decorrentes de integração e adequação sistêmica, desde que, comprovadamente, não tenham se dado em função de falhas nas especificações feitas pela CONTRATANTE.

6.5.10.4. Como garantia da execução plena do objeto e fiel cumprimento dos termos do Contrato, a CONTRATADA prestará garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do Valor Total do Contrato, conforme previsto no § 1º do art. 56 da Lei n.º 8.666/93, com validade de 90 (noventa) dias após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada.

6.5.10.5. A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério da CONTRATANTE, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia, podendo optar por caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária.

6.5.10.6. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

a) prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

c) prejuízos diretos causados à Administração decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato; e

e) multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à CONTRATADA.

6.5.10.8. O valor da garantia não será calculado sobre o valor do item referente a Operação Assistida;

6.5.10.10. A modalidade seguro-garantia somente será aceita se contemplar todos os eventos indicados no item anterior, observada a legislação que rege a matéria.

6.5.10.12. A garantia em dinheiro deverá ser efetuada em favor da CONTRATANTE, em conta específica na Caixa Econômica Federal, com correção monetária.

6.5.10.14. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,07% (sete centésimos por cento) do valor total do contrato por dia de atraso, até o máximo de 2% (dois por cento).

6.5.10.16. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autoriza a Administração a promover a rescisão do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõem os incisos I e II do art. 78 da Lei n. 8.666 de 1993.

6.5.10.18. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela CONTRATANTE com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à CONTRATADA.

6.5.10.20. Será considerada extinta a garantia:

a) com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia, acompanhada de declaração da CONTRATANTE, mediante termo circunstanciado, de que a Contratada cumpriu todas as cláusulas do contrato;

c) no prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência do contrato, caso a Administração não comunique a ocorrência de sinistros, quando o prazo será ampliado, nos termos da comunicação, conforme estabelecido na alínea "h2" do item 3.1 do Anexo VII-F da IN SEGES/MP n. 05/2017.

6.5.10.22. A CONTRATANTE executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

6.5.10.24. A CONTRATADA deverá repor, no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados da data que for notificada, o valor da garantia eventualmente utilizada pela CONTRATANTE. A garantia prestada pela CONTRATADA será liberada ou restituída após a execução deste Contrato e total adimplemento das Cláusulas avençadas.

6.5.10.25. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada à nova situação ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

6.5.10.27. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Fazenda.

6.5.10.29. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

6.5.10.31. A fiança bancária deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a operar pelo Banco Central do Brasil (Acórdão 2784/2019 – TCU – Plenário, Acórdão nº 2467/2017 – TCU – Plenário).

6.5.10.33. Caso a garantia seja apresentada na modalidade caução - depósito em cheque, a mesma só será aceita após a comprovação da devida compensação.

6.5.10.35. Para a prestação da garantia contratual, fica vedado à CONTRATADA, pactuar com terceiros (seguradoras, instituições financeiras, etc.), cláusulas de não ressarcimento ou não liberação do valor dado à garantia para o pagamento de multas por descumprimento contratual.

6.5.10.37. A CONTRATADA autoriza a CONTRATANTE a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

#### **6.6. Manutenção de Sigilo e Normas de Segurança**

6.7.1. Para manutenção dos Requisitos de Sigilo, a CONTRATA deverá observar os Requisitos de segurança e privacidade, estabelecidos neste Termo de Referência.

### **7. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

#### **7.1. Critérios de aceitação**

7.1.1. O não atendimento a qualquer um dos requisitos deste documento é fator impeditivo para a aceitação da proposta da licitante.

7.1.2.1. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

7.1.3.2. Concluídos o fornecimento dos produtos e serviços que compõem o objeto contratado, a CONTRATADA notificará a CONTRATANTE, por meio de carta, entregue à fiscalização da CONTRATANTE, mediante recibo.

7.1.3.4. Os produtos e serviços serão recebidos provisoriamente pela fiscalização da CONTRATANTE, em caráter experimental, durante um prazo de observação de 05 (cinco) dias úteis, para verificação do Objeto recebido, lavrando-se um Termo de Recebimento Provisório.

7.1.3.6. Caso seja constatado o não cumprimento ou o cumprimento irregular de qualquer das condições previstas neste Termo de Referência, a Comissão de Recebimento lavrará o Termo de Rejeição, listando todos os serviços e/ou fornecimento e/ou instalação de componentes irregulares para adequar o serviço às condições previstas neste Termo de Referência, devendo a CONTRATADA proceder de imediato a todas as correções e complementações indicadas pela fiscalização.

7.1.3.8. A solução fornecida será recebida definitivamente pela CONTRATANTE, mediante lavratura de Termo de Recebimento Definitivo, desde que seja verificado o adequado cumprimento de todas as especificações previstas neste Termo, tão logo decorrido o prazo de observação estabelecido e considerado regularmente executado.

7.1.3.10. O não atendimento aos prazos previstos neste Termo poderá sujeitar a Contratada às sanções administrativas previstas.

7.1.3.12. O prazo de entrega dos bens é de até 60 (sessenta) dias corridos, contados da assinatura do contrato, em remessa única na Agência Brasileira de Inteligência, situada no Setor Policial Sul, Área 05, Quadra 01, Brasília – DF, em dia útil, no período das 8 às 12 horas e das 14 às 17 horas.

#### **7.1.4. Para o recebimento dos bens/serviços:**

7.1.5.1. Será aferido se a solução atende às exigências estabelecidas neste TR em "Requisitos de Arquitetura Tecnológica";

7.1.5.3. Para o recebimento das licenças, será conferido no site do fabricante se existe um contrato de suporte ativo em nome da CONTRATANTE.

7.1.6. Todas as despesas para a correta execução do objeto, tais como fretes, seguros, impostos, deslocamentos, transportes, cargas e descargas e outros, desde a origem até sua entrega no local serão de responsabilidade da CONTRATADA;

7.1.8. A CONTRATADA deverá comunicar à CONTRATANTE, antecipadamente, a data e horário da entrega. Não serão aceitos os produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes

deste instrumento;

7.1.10. O objeto será recebido PROVISORIAMENTE, em até 15 (quinze) dias, mediante recibo OU Termo Circunstanciado, assinado pelas partes para efeito de verificação da conformidade, qualidade e desempenho de acordo com as especificações constantes do Edital e da proposta comercial.

7.1.11.1. O recebimento PROVISÓRIO será conduzido por servidor ou por comissão designada pela autoridade competente de, no mínimo, 3 (três) membros quando se tratar de materiais de valor superior a R\$ 176.000 (cento e setenta e seis mil reais);

7.1.11.3. Nos procedimentos de recebimento de bens serão verificados o cumprimento dos prazos e outras obrigações assumidas pela CONTRATADA para o fornecimento dos bens;

7.1.11.5. O Recebimento Provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis;

7.1.11.7. A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório;

7.1.12. O objeto será recebido DEFINITIVAMENTE, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização ou comissão designada pela autoridade competente, mediante recibo OU Termo circunstanciado, assinado pelas partes, em até 15 (quinze) dias após o término da instalação e configuração dos componentes ou softwares entregues;

7.1.13.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

7.1.14. O Recebimento DEFINITIVO dos bens estará condicionado à verificação do cumprimento das seguintes obrigações:

7.1.15.1. Atendimento das especificações descritas no Edital, através da conferência dos itens de software;

7.1.15.3. À ativação das licenças de software;

7.1.15.5. Transferência da propriedade do software para a Agência Brasileira de Inteligência, quando for o caso;

7.1.15.7. O cumprimento dos prazos e outras obrigações assumidas pela CONTRATADA para o fornecimento dos bens.

7.1.16. O Recebimento Provisório ou Definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato;

7.1.18. A CONTRATANTE poderá rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem ônus para a CONTRATANTE, se entregue em desacordo com as especificações estabelecidas no Termo de Referência, no Contrato ou na sua proposta;

7.1.19.1. Caso seja verificada alguma inconformidade na aceitação inicial do objeto, a CONTRATANTE informará à CONTRATADA os motivos da não aceitação, devolvendo o(s) bem(ns) para correção. A CONTRATADA será notificada com o respectivo motivo, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto, ficando sujeita às penalidades previstas no edital ou no contrato;

7.1.20. À CONTRATADA caberá sanar as irregularidades identificadas na entrega dos bens ou substituir as parcelas do objeto em desacordo com o edital no prazo de, contados da ciência da rejeição, arcando com todos os custos para recolhimento e entrega de novos bens, sem prejuízo das sanções contratuais.

#### **7.1.22. Inspeções e diligências**

7.1.23.1. A CONTRATANTE poderá, em qualquer fase do processo licitatório e da vigência do contrato, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar as instruções do processo, obrigando as licitantes e as contratadas a prestar todos os esclarecimentos necessários;

7.1.23.3. As diligências poderão ser realizadas mediante a solicitação de declarações ou qualquer documentação oficial do fabricante ou da CONTRATADA que esclareça um fato, comprove uma especificação ou resolva uma situação que enseje detalhamento. Também pode ser realizada mediante visita técnica da CONTRATANTE às instalações da CONTRATADA.

#### **7.1.24. Disponibilidade de recursos humanos necessários às atividades de gestão e fiscalização do contrato**

7.1.25.1. Nos termos do art. 67 da Lei 8.666 de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;

7.1.25.3. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma a

assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da CONTRATANTE, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.1.25.5. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.25.7. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

7.1.25.9. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.1.25.11. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

7.1.25.13. O representante da CONTRATANTE deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.1.25.15. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela CONTRATADA, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.1.25.17. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato;

7.1.25.19. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto, sempre que a CONTRATADA não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas ou deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

7.1.25.21. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas;

7.1.25.23. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

7.1.25.25. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada;

7.1.25.27. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador;

7.1.25.29. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório;

7.1.25.31. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços;

7.1.25.33. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da CONTRATADA que contenha sua relação detalhada, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

#### **7.1.26. Para o Suporte Técnico**

7.1.26.1. Para o suporte técnico, os chamados abertos serão classificados de acordo com sua severidade e deverão ser atendidos conforme a tabela a seguir na Sede da ABIN em Brasília, presencialmente, e nas Superintendências Estaduais - SEs e Subunidades, remotamente, desde que com o acompanhamento da CONTRATANTE:

7.1.26.3. O “Tempo de atendimento ao chamado” é o período entre o horário de comunicação do chamado feito pela CONTRATANTE e o horário de chegada do técnico na Sede, em Brasília, nos chamados



de severidade 1.

7.1.27.6. O “Tempo de solução provisória do chamado” é o período compreendido entre o horário de comunicação do chamado feito pela CONTRATANTE e o horário de solução provisória do problema relatado, deixando a solução em condições que viabilize o seu funcionamento, até que o problema seja definitivamente resolvido.

7.1.28.9. Entende-se por “solução provisória do problema” a identificação e adoção de medidas corretivas provisórias implementadas para sanar o problema que originou a abertura do chamado.

7.1.28.11. A solução definitiva do problema deve ser seguida pelo “Fechamento do Chamado”, com a descrição da solução adotada, data e hora da solução do problema, bem como a identificação dos componentes substituídos/corrigidos, quando for o caso.

7.1.28.13. Os chamados técnicos de severidade 1 e 2 deverão ser prestados na modalidade on-site, na Sede da ABIN em Brasília/DF e deverão ser prestados remotamente para as Superintendências Estaduais e Subunidades. Os chamados de severidade 3 e 4 poderão ser prestados na modalidade on-site ou remotamente, dependendo do caso.

7.1.28.15. A abertura de chamado técnico será feita por profissional da CONTRATANTE que acompanhará toda a execução do atendimento até o seu encerramento.

7.1.28.17. A CONTRATADA deverá notificar oficialmente a conclusão do atendimento no momento do fechamento de cada chamado.

7.1.28.19. As áreas técnica e requisitante da CONTRATANTE farão a verificação da adequação dos serviços prestados aos requisitos gerais e específicos estabelecidos, bem como aos critérios de aceitação.

7.1.28.21. Em caso de encerramento indevido de um chamado, sem que o problema seja adequadamente resolvido, ou seja, em que forem verificados vícios, incorreções ou erros grosseiros, a CONTRATADA será notificada e os prazos do chamado continuarão sendo contados até que o problema seja de fato resolvido.

7.1.28.23. A comunicação pela CONTRATADA de que o chamado foi concluído ensejará análise e ateste do profissional que acompanhou a execução do atendimento.

7.1.28.25. Somente após o ateste do profissional da CONTRATANTE o chamado poderá ser considerado concluído.

7.1.28.27. Os chamados não concluídos dentro dos prazos especificados serão contabilizados para fins de aplicação das penalidades.

7.1.28.29. Não está prevista a alocação de técnico residente, devendo a CONTRATADA ater-se ao cumprimento dos prazos estabelecidos neste Termo de Referência e no Edital e providenciar a alocação do técnico sob demanda, sempre que o chamado ensejar a sua presença nas dependências da CONTRATANTE.

Severidade	Descrição	Tempo de atendimento ao chamado	Tempo de solução provisória do chamado	Tempo de conclusão do atendimento
1	<b>Solução totalmente indisponível</b>	<b>- Até 2h (duas horas) corridas após a abertura do chamado</b>	<b>- Até 24h (vinte e quatro horas) corridas após a abertura do chamado</b>	<b>-Até 72h (setenta e duas horas) corridas após a abertura do chamado</b>
2	<b>Solução parcialmente indisponível, com degradação de desempenho/funcionalidade ou com ocorrência de mau funcionamento</b>	<b>- Até 4h (quatro horas) corridas após a abertura do chamado</b>	<b>- Até 48h (quarenta e oito horas) corridas após a abertura do chamado</b>	<b>- Até 96h (noventa e seis) corridas após a abertura do chamado</b>
3	<b>Solução disponível com ocorrência de alarmes</b>	<b>- Até 8h (oito horas) corridas após a abertura do chamado</b>	<b>- Até 72 (setenta e duas horas) corridas após a abertura do chamado</b>	<b>- Até 120h (cento e vinte horas) corridas após a abertura do chamado</b>
4	<b>Consulta sobre problemas, dúvidas gerais sobre a execução de configurações, orientações para administração da solução, e demais questionamentos sobre a utilização de solução.</b>	<b>- Até 12 (doze) horas corridas após a abertura do chamado</b>	<b>- Até 96h (noventa e seis horas) corridas após a abertura do chamado</b>	<b>- Até 240 (duzentas e quarenta horas) corridas após a abertura do chamado</b>

## 7.2. Procedimentos de teste e inspeção

Não se aplica. Como nenhum produto será desenvolvido ou projetado ao longo do contrato, não serão necessários testes e inspeções ao longo da execução do contrato. O objeto da contratação será recebido após as inspeções realizadas e vinculadas ao Recebimento Definitivo, que atesta que a solução fornecida atende às especificações.

### 7.3. Níveis Mínimos de Serviço Exigidos (NMS)

7.3.1. A verificação da adequação da prestação do serviço de Operação Assistida deverá ser realizada com base em Níveis de Serviço definidos nesta seção. Níveis de serviço são indicadores mensuráveis, estabelecidos pela Entidade, capazes de aferir objetivamente os resultados pretendidos com as respectivas contratações.

7.3.2. A aferição dos níveis de serviço será realizada mensalmente pelos fiscais do contrato, referente às Ordens de Serviço encerradas no mês anterior.

7.3.3. O não cumprimento dos valores mínimos/máximos exigidos nos indicadores ensejará em sanções de acordo com o estipulado na seção relativa a sanções.

IAE - INDICADOR DE ATRASO DE ENTREGA DE OS		
Tópico	Descrição	
Finalidade	Medir o tempo de atraso na entrega dos produtos e serviços constantes na Ordem de Serviço.	
Meta a cumprir	IAE < = 0	A meta definida visa garantir a entrega dos produtos e serviços constantes nas Ordens de Serviço dentro do prazo previsto.
Instrumento de medição	Através das ferramentas disponíveis para a gestão de demandas, por controle próprio da CONTRATANTE e lista de Termos de Recebimento Provisório e Definitivo emitidos.	
Forma de acompanhamento	A avaliação será feita conforme linha de base do cronograma registrada na OS. Será subtraída a data de entrega dos produtos da OS (desde que o fiscal técnico reconheça aquela data) pela data de início da execução da OS.	
Periodicidade	Mensalmente, para cada Ordem de Serviço encerrada e com Termo de Recebimento Definitivo/Ateste da OS.	
Mecanismo de Cálculo (métrica)	$IAE = \frac{TEX - TEST}{TEST}$ <p>Onde: <b>IAE</b> – Indicador de Atraso de Entrega da OS; <b>TEX</b> – Tempo de Execução – corresponde ao período de execução da OS, da sua data de início até a data de entrega dos produtos da OS. A data de início será aquela constante na OS; caso não esteja explícita, será o primeiro dia útil após a emissão da OS. A data de entrega da OS deverá ser aquela reconhecida pelo fiscal técnico. Para os casos em que o fiscal técnico rejeita a entrega, o prazo de execução da OS continua a correr, findando-se apenas quando a CONTRATADA entrega os produtos da OS e haja aceitação por parte do fiscal técnico. <b>TEST</b> – Tempo Estimado para a execução da OS – constante na OS.</p>	
Observações	Obs1: Serão utilizados dias úteis na medição. Obs2: Os dias com expediente parcial no órgão/entidade serão considerados como dias úteis no cômputo do indicador. Obs3: Não se aplicará este indicador para as OS de Manutenções Corretivas do tipo Suporte Técnico e aquelas com execução interrompida ou cancelada por solicitação da CONTRATANTE.	
Início de Vigência	A partir da emissão da OS.	
Faixas de ajuste no pagamento e Sanções	Para valores do indicador <b>IAE</b> : De 0 a 0,33 – Pagamento integral da OS; De 0,34 a 0,66 – Glosa de 25% sobre o valor da OS; De 0,67 a 1,00 – Glosa de 50% sobre o valor da OS; Acima de 1 – Será aplicada Glosa de 80% sobre o valor da OS e multa de 0,5% sobre o valor do Contrato.	

### 7.4. Sanções Administrativas e Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento

7.4.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- falhar na execução do contrato, pela inexecução, total ou parcial, de quaisquer das obrigações assumidas na contratação;
- ensejar o retardamento da execução do objeto;
- fraudar na execução do contrato;
- comportar-se de modo inidôneo; ou
- cometer fraude fiscal.

7.4.3. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

7.4.4.1. **Advertência por escrito**, quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

7.4.4.3. **Multa:**

Id	Evento	Ocorrência		
		1ª	2ª	3ª
1	Atraso injustificado na entrega do item	Advertência. Se o atraso na disponibilização for de até 10 (dez) dias. Atraso acima de 10 (dez) dias configura 2ª ocorrência. Atraso acima de 20 (vinte) dias configura a 3ª ocorrência.	Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor total do item, por dia de atraso. Limite: 10 (dez) dias	Multa moratória de 3% (três por cento) sobre o valor total do item, por dia de atraso. Limite: 5 (cinco) dias
2	Atraso injustificado na substituição de produtos rejeitados no Recebimento	Advertência. Se o atraso for de até 10 (dez) dias. Atraso acima de 10 (dez) dias configura 2ª ocorrência. Atraso acima de 20 (vinte) dias configura a 3ª ocorrência.	Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor total do item, por dia de atraso. Limite: 10 (dez) dias	Multa moratória de 3% (três por cento) sobre o valor total do item, por dia de atraso. Limite: 5 (cinco) dias
3	Atraso injustificado no cumprimento do prazo de conclusão da implantação da solução, envolvendo instalação e configuração	Advertência. Se atraso for de até 5 (cinco) dias. Atraso acima de 5 (cinco) dias configura 2ª ocorrência. Atraso acima de 10 (dez) dias configura a 3ª ocorrência.	Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso: 10 (dez) dias	Multa moratória de 3% (três por cento) sobre o valor do contrato, por dia de atraso. Limite: 5 (cinco) dias
4	Suspensão injustificada da prestação da Operação Assistida	Advertência. Se atraso for de até 5 (cinco) dias. Atraso acima de 5 (cinco) dias configura 2ª ocorrência. Atraso acima de 10 (dez) dias configura a 3ª ocorrência.	Multa moratória de 1% (um por cento) sobre o valor da OS, por dia de atraso. Limite: 10 (dez) dias	Multa moratória de 3% (três por cento) sobre o valor total da OS, por dia de atraso. Limite: 5 (cinco) dias
				A CONTRATANTE reserva-se o direito de encerrar o contrato por inexecução total do contrato, sem prejuízo das demais sanções previstas; e nesse caso, multa compensatória de 10% sobre o valor total do período afetado.
5	Deixar de entregar os produtos, injustificadamente, por mais de 30 dias caracteriza inexecução total do contrato	Multa compensatória de 20% sobre o valor total da contratação	---	---
		Rescisão do contrato	---	---

7.4.4.5. Além das multas previstas na tabela acima, a CONTRATADA fica sujeita às **glosas** estabelecidas neste Termo de Referência, nos casos de inadimplemento das obrigações previstas para o Suporte Técnico.

7.4.4.8. **Suspensão de licitar** e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

7.4.5.10. Sanção de **impedimento de licitar** e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

7.4.6.12. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

a) A Sanção de **impedimento de licitar** e contratar prevista no subitem anterior também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa neste Termo de Referência.

c) As sanções previstas nos subitens "**Advertência por escrito**", "**glosas**", "**Suspensão de licitar**" e "**impedimento de licitar**" poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

7.4.6.14. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

- I - tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- III - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- V - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

7.4.6.16. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

7.4.6.18. As multas devidas e/ou prejuízos causados à CONTRATANTE serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

- I - Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente

7.4.7.20. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

7.4.7.22. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

7.4.7.24. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

7.4.7.26. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

7.4.7.28. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

7.4.7.30. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

#### 7.4.8. **Procedimentos para retenção ou glosa no pagamento**

7.4.9.1. Quanto a prestação do suporte técnico especializado ou serviço contratado em horas de consultoria, a CONTRATADA estará sujeita à retenção do pagamento ou glosa no pagamento efetuado correspondente à parcela inadimplida quando:

- a) Não atender aos itens descritos nos Critérios de Aceitação, não produzir os resultados, deixar de executar as atividades contratadas; ou não cumprir os prazos determinados para atendimento dos chamados de suporte técnico; ou
- c) Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para fornecimento da Solução de TIC, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;
- e) Para os itens que terão pagamento em parcela única não haverá glosa, contudo foram definidos critérios de aceitação e sanções administrativas, como multas e garantia contratual, a fim de garantir a correta entrega dos bens, a atestação do Recebimento e a prestação da garantia.

#### 7.4.12. **Alteração Subjetiva**

7.4.13.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

#### 7.5. **Do pagamento**

7.5.1. O pagamento será efetuado pela CONTRATANTE no prazo de até 30 (trinta) dias, contados contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

7.5.1.1. Para os itens do Grupo 1 e Grupo 2, com exceção dos itens de Operação Assistida, o pagamento será realizado em parcela única, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.1.2. Para os itens de Operação Assistida, Grupo 1 - item 9 e Grupo 2 - item 11 o pagamento será realizado **mensalmente**, após a conclusão de cada OS e de acordo com o quantitativo de horas utilizadas, no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.5.5. Em conformidade com Acórdão TCU 2569/2018 Plenário, o Recebimento Definitivo das licenças de software estará condicionado à ativação das licenças de software:

*"É vedado o pagamento à vista por licenças de software ainda não ativadas, uma vez que o momento da entrega definitiva nesse tipo de aquisição é o da ativação da licença. Normas de direito financeiro afetas à Administração Pública (arts. 62 e 63 da Lei 4.320/1964) impõem que a liquidação das despesas seja realizada por ocasião da entrega definitiva do bem ou da realização do serviço."*

7.5.7. O pagamento de quaisquer dos itens estará condicionado à emissão Nota Fiscal/Fatura.

7.5.10. O pagamento estará condicionado à emissão do Termo de Recebimento Definitivo da solução;

7.5.11. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do Termo de Recebimento Definitivo da solução ou serviço, conforme disposto neste Termo de Referência.

7.5.14. Quando houver glosa parcial dos serviços, a CONTRATANTE deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou fatura com o valor exato dimensionado.

7.5.15. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal apresentada;

7.5.16. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.5.17. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993;

7.5.18. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE;

7.5.19. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) O prazo de validade;
- b) A data da emissão;
- c) Os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) O período de prestação dos serviços;
- e) O valor a pagar; e
- f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.5.20. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993;

7.5.22. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.24. Antes de cada pagamento à CONTRATADA, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

7.5.25.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.5.25.3. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da CONTRATADA, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE;

7.5.25.5. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da CONTRATADA, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos;

7.5.25.7. Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa;

7.5.25.9. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF;

7.5.25.11. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.5.25.13. Somente por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da CONTRATANTE, não será rescindido o contrato em execução com a CONTRATADA inadimplente no SICAF;

7.5.26. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável, em especial a prevista no artigo 31 da Lei 8.212, de 1993, nos termos do item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017, quando couber.

7.5.27.1. A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar;

7.5.28. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente;

7.5.30. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela CONTRATANTE, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$ , sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I$ (TX)	=	$I =$	(6/100)	$I = 0,00016438$ TX = Percentual da taxa anual = 6%
			365	

7.5.32. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

## 8. ESTIMATIVA DE PREÇOS DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preço do objeto deste processo seguiu as normas estipuladas pela IN SLTI/MPOG 73/2020, que orienta que a pesquisa de preços deverá ser realizada, em ordem de preferência, no Painel de Preços, aquisições e contratações similares de outros entes públicos, dados de pesquisa publicada em mídia especializada e por último em pesquisa direta com fornecedores.

A partir dos valores encontrados foram realizados os cálculos, onde o valor que consta na coluna "Valor Médio Unitário" é a média simples dos valores encontrados para cada item, desprezando os valores nulos que aparecem na tabela. E o preço médio total é mostrado na coluna "Valor Médio Total".

O detalhamento da pesquisa de preços está registrado no **Relatório de Pesquisa de Preços documento SEI nº 0863984**, cujos valores de referência estão listados na tabela abaixo, e o valor total estimado da contratação é de **R\$ 2.592.724,38 (dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos)**.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL
	1	Renovação Varonis DatAdvantage for Windows File server para 12 meses	27502	UND	1.300	R\$161,76	R\$210.288,00

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	CATSER	UNIDADE	QUANTIDADE	VALOR MÁXIMO UNITÁRIO ACEITÁVEL	VALOR MÁXIMO TOTAL ACEITÁVEL
<b>Grupo 1</b> Solução de Auditoria Interna de Rede	2	Renovação Varonis DatAdvantage for Active Directory para 12 meses	27502	UND	400	R\$165,57	R\$66.228,00
	3	Renovação Varonis DatAdvantage for Microsoft Exchange para 12 meses	27502	UND	400	R\$164,68	R\$65.872,00
	4	Renovação Varonis DatAlert para 12 meses	27502	UND	1.300	R\$175,32	R\$227.916,00
	5	Expansão Varonis DatAdvantage for Windows File server para 12 meses	27502	UND	100	R\$404,77	R\$40.477,00
	6	Expansão Varonis DatAdvantage for Active Directory para 12 meses	27502	UND	1.000	R\$417,74	R\$417.740,00
	7	Expansão Varonis DatAdvantage for Microsoft Exchange para 12 meses	27502	UND	1.000	R\$406,58	R\$406.580,00
	8	Expansão Varonis DatAlert para 12 meses	27502	UND	100	R\$416,39	R\$41.639,00
	9	*Operação Assistida	27510	HORAS	250	R\$294,91	R\$73.727,50
<b>Grupo 2</b> Portal de Gerenciamento de Identidades Privilegiados	10	Solução de Portal de permissionamento para 12 meses	27014	UND	1	R\$954.641,88	R\$954.641,88
	11	*Operação Assistida	27510	HORAS	250	R\$350,46	R\$87.615,00
					<b>VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO</b>		<b>R\$2.592.724,38</b>

## 9. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

### 9.1. Estimativa de impacto econômico-financeiro no orçamento

9.1.1. Estima-se que a presente contratação seja realizada pelo valor aproximado de **R\$ 2.592.724,38 (dois milhões, quinhentos e noventa e dois mil, setecentos e vinte e quatro reais e trinta e oito centavos)**.

9.1.2. Os recursos financeiros para esta contratação são provenientes da fonte de recursos orçamentários consignados na previsão de orçamento da ABIN para 2022, Fonte de Recursos – 0100.

9.2. O pagamento será efetuado em parcela única e está condicionado ao Recebimento Definitivo do objeto;

9.2.2. O serviço de operação assistida será pago mensalmente, quando houver prestação do serviço e somente após a conclusão de cada OS, de acordo com o quantitativo de horas utilizadas. O pagamento ocorrerá em até 30 (trinta) dias após o recebimento da Nota Fiscal pela CONTRATANTE.

## 10. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

10.1. O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura, renováveis até o limite de 48 (quarenta e oito) meses, conforme previsão do art. 57, inciso IV, da Lei n.º 8.666/1993.

10.3. O prazo de vigência do suporte técnico dos itens de 1 a 8 (Grupo 1) e item 10 (Grupo 2) será de 12 (doze) meses, contado da data de Recebimento Definitivo.

10.5. O prazo de entrega da solução completa, instalada e configurada no ambiente de produção da CONTRATANTE é de 60 (sessenta) dias, contado a partir da assinatura do contrato.

10.7. O término da vigência do Contrato não exime a CONTRATADA das obrigações assumidas com relação à garantia e ao suporte técnico oferecidos.

## 11. DO REAJUSTE DE PREÇOS

11.1. Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

11.3. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do Índice de Custos de Tecnologia da Informação - ICTI, mantido pela Fundação Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V (I - I^0) / I^0$$

Onde:

**R** = Valor do reajuste procurado;

**V** = Valor contratual a ser reajustado;

**I<sup>0</sup>** = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

**I** = Índice relativo ao mês do reajustamento;

11.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste;

11.7. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer;

11.9. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo;

11.11. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor;

11.13. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo;

11.15. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 12. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

### 12.1. Regime, Tipo e Modalidade da Licitação

12.1.1. O regime de execução será de **empreitada por preço global**, exceto para Operação Assistida (item 9 do Grupo 1 e item 11 do Grupo 2) que será **empreitada por preço unitário**;

12.1.2. A empreitada será por preço global, porque a implantação e configuração dos itens deverão ser realizadas de forma integrada, com pagamento único após o aceite final, bem como os serviços de garantia e suporte técnico realizados pelo mesmo fornecedor.

12.1.3. A operação assistida será de empreitada por preço unitário porque a sua utilização ocorrerá de acordo com a demanda, não sendo obrigatória sua execução total ou parcial.

### 12.2. Critério de Seleção

12.2.1. Devido à padronização existente no mercado, os bens de tecnologia da informação aqui pretendidos, atendem a protocolos, métodos e técnicas pré-estabelecidos e conhecidos, bem como a padrões de desempenho e qualidade que foram objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado estando, dessa forma, caracterizados como bens comuns;

12.2.2. Considerando que os produtos e serviços pretendidos são classificados como bens e serviços comuns na forma do parágrafo único do art. 1º da Lei nº 10.520, de 2002, e conforme previsto no Inciso X do art. 4º da Lei nº 10.520/02, **a contratação será realizada mediante licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, do tipo menor preço global.**

### 12.3. Critérios de Aceitabilidade de Preços

12.3.1. Os critérios de aceitabilidade de preços serão:

a) Valor Global: valor global máximo estimado por grupo, conforme a tabela do item 1 deste Termo de Referência;



b) Valores unitários: valores unitários máximos estimados por itens, conforme a tabela do item 1 deste Termo de Referência.

#### **12.4. Critérios de Julgamento das Propostas**

12.4.1. Por ocasião da apresentação da proposta comercial com a descrição do item proposto, na fase de habilitação, a licitante deverá, obrigatoriamente, demonstrar que o produto ofertado atende às exigências solicitadas nesta especificação, podendo para tanto embasar-se em documentação pública e oficial do fabricante do equipamento;

a) Serão aceitos catálogos, datasheets, manuais, páginas da web, brochuras ou outra documentação oficial onde se possa de maneira inequívoca identificar o modelo de equipamento proposto. A comprovação e suas referidas documentações poderão ser fornecidas em mídia eletrônica;

b) Na fase de habilitação e envio da proposta comercial, para fins de identificação do objeto, a LICITANTE deverá apresentar descrição do objeto ofertado, que deve ser caracterizado de maneira inequívoca, incluindo a informação da marca e o modelo do equipamento proposto para fins de avaliação, conforme descrito no item anterior;

c) A escolha do material a ser utilizado para comprovação das especificações técnicas ficará a critério do proponente;

d) Havendo dúvidas na comprovação da especificação, a sessão pública do certame poderá ser suspensa e ser solicitado à LICITANTE, por meio de diligência, esclarecimentos sobre a especificação dos produtos cotados;

e) A licitante deverá ainda, apresentar declaração de que o produto atende a todas especificações exigidas;

f) Na proposta apresentada, deverão estar inclusas todas e quaisquer despesas com mão de obra, fretes, taxas, inclusive de administração, emolumentos e quaisquer despesas operacionais, bem como todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, despesas e obrigações financeiras de qualquer natureza e outras despesas, diretas e indiretas, incluindo todos os componentes de custo dos serviços (equipamentos, insumos, softwares, licenças de uso, etc.) e o lucro, todas necessárias à perfeita execução do objeto da licitação.

#### **12.5. Aplicabilidade do direito de preferência na contratação de bens e serviços de informática**

12.5.1. Considerando que o objeto da licitação se amolda ao conceito de bens e serviços de tecnologia da informação e comunicação estabelecido art. 16-A, incisos III e IV, da Lei nº 8.248, de 1991 ["III – programas para computadores, máquinas, equipamentos e dispositivos de tratamento da informação e respectiva documentação técnica associada (software); IV – serviços técnicos associados aos bens e serviços descritos nos incisos I, II e III.], será assegurado, na presente licitação, o direito de preferência previsto no art. 3º do referido diploma legal, conforme procedimento estabelecido nos arts.5º e 8º do Decreto nº 7.174, de 2010.

#### **12.6. Critérios de Habilitação dos Licitantes**

12.6.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

12.6.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

12.6.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão:

12.6.3.1. Comprovação de aptidão para a prestação dos serviços em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o grupo pertinente, mediante a apresentação de atestado(s) fornecido(s) por pessoas jurídicas de direito público ou privado.

I - Para fins da comprovação de que trata este subitem, o(s) atestado(s) deverá(ão) dizer respeito à execução anterior, pelo licitante, dos seguintes serviços:

a) **quanto ao grupo 1:** fornecimento de solução de auditoria interna de rede, com licenciamento de software e prestação de serviços agregados, tais como os serviços de atualização de versão, manutenção e suporte técnico, e/ou de serviços de consultoria, pelo período mínimo de 12 (doze) meses;

b) **quanto ao grupo 2:** fornecimento de solução de gestão e controle de acesso para identidades privilegiadas, com licenciamento de software e prestação de serviços agregados, tais como os serviços de atualização de versão, manutenção e suporte técnico, e/ou de serviços de consultoria, pelo período mínimo de 12 (doze) meses;

II - Os atestados deverão referir-se ao fornecimento e serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

III - Somente serão aceitos atestados expedidos após a conclusão do contrato ou se

decorrido, pelo menos, um ano do início de sua execução, exceto se firmado para ser executado em prazo inferior, conforme item 10.8 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5, de 2017;

IV - Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

V - Será aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os 12 (doze) meses serem ininterruptos, conforme item 10.7.1 do Anexo VII-A da IN SEGES/MPDG n.5/2017.

12.7. **Critérios para análise das amostras ou da prova de conceito**

12.7.1. Não se aplica, pois não serão exigidas amostras ou prova de conceito.

13. **ANEXOS**

- I - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO - TCMS
- II - TERMO DE CIÊNCIA DE SIGILO
- III - TERMO DE GARANTIA
- IV - MATRIZ: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)
- V - ORDEM DE SERVIÇO

14. **DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO E DA APROVAÇÃO**

**ASSINATURA**

IN SGD/ME Nº 01/2019, Art. 12, § 6º

Em atendimento ao disposto no § 6º do art. 12º e no art. 26º da IN SGD/ME 01/2019, encaminhamos o Termo de Referência/Projeto Básico ao Departamento de Administração e Logística para continuidade do procedimento licitatório.

Equipe de planejamento da contratação.

<b>DANIEL BARAMILI FLEURY DE AMORIM</b> Integrante Requisitante Titular	<b>JOSÉ AUGUSTO DE JESUS JÚNIOR</b> Integrante Técnico Titular	<b>HAMILTON SOARES DA FONSECA NETO</b> Integrante Administrativo Titular
----------------------------------------------------------------------------	-------------------------------------------------------------------	-----------------------------------------------------------------------------

Certifico que este Termo de Referência/Projeto Básico foi elaborado a partir de um modelo de documento instituído pela ABIN, compatível com os modelos divulgados pela Secretaria de Governo Digital do Ministério da Economia.

**PAULO MAGNO DE MELO RODRIGUES ALVES**  
Diretor do CEPESC

Documento assinado eletronicamente

## **ANEXO I - TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO**

A Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), sediada em Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 2, Bloco A, Brasília - DF, CEP: 70610-905, CNPJ n.º 01.175.497/0001-41, doravante denominado contratante, e, de outro lado, a Empresa \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, \_\_\_\_\_ / \_\_\_\_\_, CEP: \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_, doravante denominada contratada;

CONSIDERANDO que, em razão do CONTRATO N.º \_\_\_\_\_ /20\_\_ /DAL/SPG/ABIN/GSI/PR doravante denominado CONTRATO PRINCIPAL, a contratada poderá ter acesso a informações sigilosas da contratante;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustar as condições de revelação destas informações sigilosas, bem como definir as regras para o seu uso e proteção;

CONSIDERANDO o disposto na Política de Segurança da Informação da CONTRATANTE;

Resolvem celebrar o presente TERMO DE COMPROMISSO DE MANUTENÇÃO DE SIGILO, doravante TERMO, vinculado ao CONTRATO PRINCIPAL, mediante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Constitui objeto deste TERMO o estabelecimento de condições específicas para regulamentar as obrigações a serem observadas pela CONTRATADA, no que diz respeito ao trato de informações sigilosas, disponibilizadas pela CONTRATANTE, por força dos procedimentos necessários para a execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes e em acordo com o que dispõem a Lei 12.527, de 18/11/2011 e os Decretos 7.724, de 16/05/2012 e 7.845, de 14/11/2012, que regulamentam os procedimentos para acesso e tratamento de informação classificada em qualquer grau de sigilo.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DOS CONCEITOS E DEFINIÇÕES**

Para os efeitos deste TERMO, são estabelecidos os seguintes conceitos e definições:

INFORMAÇÃO: dados, processados ou não, que podem ser utilizados para produção e transmissão de conhecimento, contidos em qualquer meio, suporte ou formato.

INFORMAÇÃO SIGILOSA: aquela submetida temporariamente à restrição de acesso público em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado.

CONTRATO PRINCIPAL: contrato celebrado entre as partes, ao qual este TERMO se vincula.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DA INFORMAÇÃO SIGILOSA**

Serão consideradas como informação sigilosa, toda e qualquer informação classificada ou não nos graus de sigilo ultrassecreto, secreto e reservado. O termo "informação" abrangerá toda informação escrita, verbal, ou em linguagem computacional em qualquer nível, ou de qualquer outro modo apresentada, tangível ou intangível, podendo incluir, mas não se limitando a: know-how, técnicas, especificações, relatórios, compilações, código fonte de programas de computador na íntegra ou em partes, fórmulas, desenhos, cópias, modelos, amostras de ideias, aspectos financeiros e econômicos, definições, informações sobre as atividades da CONTRATANTE e/ou quaisquer informações técnicas/comerciais relacionadas/resultantes ou não ao CONTRATO PRINCIPAL, doravante denominados INFORMAÇÕES, a que diretamente ou pelos seus empregados, a CONTRATADA venha a ter acesso, conhecimento ou que venha a lhe ser confiada durante e em razão das atuações de execução do CONTRATO PRINCIPAL celebrado entre as partes;

**Parágrafo Primeiro** - Comprometem-se, as partes, a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas informações, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Segundo** - As partes deverão cuidar para que as informações sigilosas fiquem restritas ao conhecimento das pessoas que estejam diretamente envolvidas nas atividades relacionadas à execução do objeto do CONTRATO PRINCIPAL.

### **CLÁUSULA QUARTA - DOS LIMITES DO SIGILO**

As obrigações constantes deste TERMO não serão aplicadas às INFORMAÇÕES que:

I - sejam comprovadamente de domínio público no momento da revelação, exceto se tal fato decorrer de ato ou omissão da CONTRATADA;

II - tenham sido comprovadas e legitimamente recebidas de terceiros, estranhos ao presente

TERMO;

III – sejam reveladas em razão de requisição judicial ou outra determinação válida do Governo, somente até a extensão de tais ordens, desde que as partes cumpram qualquer medida de proteção pertinente e tenham sido notificadas sobre a existência de tal ordem, previamente e por escrito, dando a esta, na medida do possível, tempo hábil para pleitear medidas de proteção que julgar cabíveis.

## **CLÁUSULA QUINTA - DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES**

As partes se comprometem a não revelar, copiar, transmitir, reproduzir, utilizar, transportar ou dar conhecimento, em hipótese alguma, a terceiros, bem como a não permitir que qualquer empregado envolvido direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL, em qualquer nível hierárquico de sua estrutura organizacional e sob quaisquer alegações, faça uso dessas INFORMAÇÕES, que se restringem estritamente ao cumprimento do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Primeiro** – A CONTRATADA se compromete a não efetuar qualquer tipo de cópia da informação sigilosa sem o consentimento expresso e prévio da CONTRATANTE.

**Parágrafo Segundo** – A CONTRATADA compromete-se a dar ciência e obter o aceite formal da direção e empregados que atuarão direta ou indiretamente na execução do CONTRATO PRINCIPAL sobre a existência deste TERMO bem como da natureza sigilosa das informações.

I – A CONTRATADA deverá firmar acordos por escrito com seus empregados visando garantir o cumprimento de todas as disposições do presente TERMO e dará ciência à CONTRATANTE dos documentos comprobatórios.

**Parágrafo Terceiro** – A CONTRATADA obriga-se a tomar todas as medidas necessárias à proteção da informação sigilosa da CONTRATANTE, bem como evitar e prevenir a revelação a terceiros, exceto se devidamente autorizado por escrito pela CONTRATANTE.

**Parágrafo Quarto** – Cada parte permanecerá como fiel depositária das informações reveladas à outra parte em função deste TERMO.

I – Quando requeridas, as INFORMAÇÕES deverão retornar imediatamente ao proprietário, bem como todas e quaisquer cópias eventualmente existentes.

**Parágrafo Quinto** – A CONTRATADA obriga-se por si, sua controladora, suas controladas, coligadas, representantes, procuradores, sócios, acionistas e cotistas, por terceiros eventualmente consultados, seus empregados, contratados e subcontratados, assim como por quaisquer outras pessoas vinculadas à CONTRATADA, direta ou indiretamente, a manter sigilo, bem como a limitar a utilização das informações disponibilizadas em face da execução do CONTRATO PRINCIPAL.

**Parágrafo Sexto** – A CONTRATADA, na forma disposta no parágrafo primeiro, acima, também se obriga a:

I – Não discutir perante terceiros, usar, divulgar, revelar, ceder a qualquer título ou dispor das INFORMAÇÕES, no território brasileiro ou no exterior, para nenhuma pessoa, física ou jurídica, e para nenhuma outra finalidade que não seja exclusivamente relacionada ao objetivo aqui referido, cumprindo-lhe adotar cautelas e precauções adequadas no sentido de impedir o uso indevido por qualquer pessoa que, por qualquer razão, tenha acesso a elas;

II – Responsabilizar-se por impedir, por qualquer meio em direito admitido, arcando com todos os custos do impedimento, mesmo judiciais, inclusive as despesas processuais e outras despesas derivadas, a divulgação ou utilização das INFORMAÇÕES por seus agentes, representantes ou por terceiros;

III – Comunicar à CONTRATANTE, de imediato, de forma expressa e antes de qualquer divulgação, caso tenha que revelar qualquer uma das INFORMAÇÕES, por determinação judicial ou ordem de atendimento obrigatório determinado por órgão competente; e

IV – Identificar as pessoas que, em nome da CONTRATADA, terão acesso às informações sigilas.

## **CLÁUSULA SEXTA - DA VIGÊNCIA**

O presente TERMO tem natureza irrevogável e irretratável, permanecendo em vigor desde a data de sua assinatura até expirar o prazo de classificação da informação a que a CONTRATADA teve acesso em razão do CONTRATO PRINCIPAL.

## **CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES**

A quebra do sigilo e/ou da confidencialidade das INFORMAÇÕES, devidamente comprovada, possibilitará a imediata aplicação de penalidades previstas conforme disposições contratuais e legislações em vigor que tratam desse assunto, podendo até culminar na rescisão do CONTRATO PRINCIPAL firmado

entre as PARTES. Neste caso, a CONTRATADA, estará sujeita, por ação ou omissão, ao pagamento ou recomposição de todas as perdas e danos sofridos pela CONTRATANTE, inclusive as de ordem moral, bem como as de responsabilidades civil e criminal, as quais serão apuradas em regular processo administrativo ou judicial, sem prejuízo das demais sanções legais cabíveis, conforme Art. 87 da Lei nº. 8.666/93.

CLÁUSULA OITAVA - DISPOSIÇÕES GERAIS

Este TERMO de Confidencialidade é parte integrante e inseparável do CONTRATO PRINCIPAL. Parágrafo Primeiro - Surgindo divergências quanto à interpretação do disposto neste instrumento, ou quanto à execução das obrigações dele decorrentes, ou constatando-se casos omissos, as partes buscarão solucionar as divergências de acordo com os princípios de boa fé, da equidade, da razoabilidade, da economicidade e da moralidade.

O disposto no presente TERMO prevalecerá sempre em caso de dúvida e, salvo expressa determinação em contrário, sobre eventuais disposições constantes de outros instrumentos conexos firmados entre as partes quanto ao sigilo de informações, tal como aqui definidas.

Ao assinar o presente instrumento, a CONTRATADA manifesta sua concordância no sentido de que:

- I - A CONTRATANTE terá o direito de, a qualquer tempo e sob qualquer motivo, auditar e monitorar as atividades da CONTRATADA;
- III - A CONTRATADA deverá disponibilizar, sempre que solicitadas formalmente pela CONTRATANTE, todas as informações requeridas pertinentes ao CONTRATO PRINCIPAL.
- V - A omissão ou tolerância das partes, em exigir o estrito cumprimento das condições estabelecidas neste instrumento, não constituirá novação ou renúncia, nem afetará os direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo;
- VII - Todas as condições, TERMOS e obrigações ora constituídos serão regidos pela legislação e regulamentação brasileiras pertinentes;
- IX - O presente TERMO somente poderá ser alterado mediante TERMO aditivo firmado pelas partes;
- XI - Alterações do número, natureza e quantidade das informações disponibilizadas para a CONTRATADA não descaracterizarão ou reduzirão o compromisso e as obrigações pactuadas neste TERMO, que permanecerá válido e com todos seus efeitos legais em qualquer uma das situações tipificadas neste instrumento;
- XIII - O acréscimo, complementação, substituição ou esclarecimento de qualquer uma das informações disponibilizadas para a CONTRATADA, serão incorporados a este TERMO, passando a fazer dele parte integrante, para todos os fins e efeitos, recebendo também a mesma proteção descrita para as informações iniciais disponibilizadas, sendo necessário a formalização de TERMO aditivo a CONTRATO PRINCIPAL; e
- XV - Este TERMO não deve ser interpretado como criação ou envolvimento das Partes, ou suas filiadas, nem em obrigação de divulgar INFORMAÇÕES para a outra Parte, nem como obrigação de celebrarem qualquer outro acordo entre si.

CLÁUSULA NONA - DO FORO

A CONTRATANTE elege o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal - Justiça Federal , onde está localizada a sede da CONTRATANTE, para dirimir quaisquer dúvidas originadas do presente TERMO, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Brasília - DF, \_\_\_\_de \_\_\_\_\_de 20\_\_.

De acordo	
CONTRATANTE	CONTRATADA
Nome	Nome
Diretor(a) de Administração e Logística - ABIN	Cargo

TESTEMUNHA 1	TESTEMUNHA 2
Nome	Nome
Qualificação	Qualificação

\*\*\*

## ANEXO II - TERMO DE CIÊNCIA DE SIGILO

**Contrato N°:** \_\_/20\_\_/DAL/SPG/ABIN/GSI/PR

**Objeto:** Aquisição de \_\_\_\_\_

**Contratante (Órgão):** Agência Brasileira de Inteligência - ABIN

**Contratada:** Empresa \_\_\_\_\_

**CNPJ:** \_\_\_\_\_

**Preposto da Contratada:** \_\_\_\_\_

**CPF:** \_\_\_\_\_

Por este instrumento, os empregados signatários declaram ter ciência e conhecimento do **Termo de Compromisso de Manutenção de Sigilo**, cuja inobservância acarretará eventualmente sanção nas esferas administrativa, civil e penal, nos termos da legislação correlata em vigor.

Brasília, \_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

### Ciência

#### Empregados da contratada

\_\_\_\_\_  
Nome do empregado

\_\_\_\_\_  
Nome do empregado

## ANEXO III - TERMO DE GARANTIA

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ sob o nº \_\_\_\_\_ por intermédio de seu representante legal, Sr.(a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, compromete-se a prestar garantia técnica, pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data do recebimento definitivo dos produtos para a Agência Brasileira de Inteligência, nos seguintes termos e condições:

1. O presente termo se refere ao lote nº \_\_\_\_/2023, com \_\_\_\_ unidades identificadas de \_\_\_\_\_ a \_\_\_\_\_, constante da Nota Fiscal nº \_\_\_\_/2023 e rege-se pelo disposto nos artigos 69 e 73, § 2º da Lei 8.666/93, artigo 50, parágrafo único, do Código de Defesa do Consumidor, bem como pelas regras do Processo nº \_\_\_\_/2023 e Contrato nº \_\_\_\_/2023;

3. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA terá a obrigação de substituir, às suas expensas, os produtos que apresentarem defeito insanável em intervenção de manutenção ou atendimento de suporte técnico, em até 30 (trinta) dias após a comunicação do defeito;

5. Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA terá a obrigação de substituir, às suas expensas, em até 30 (trinta) dias após a comunicação, os dispositivos que apresentarem 2 (duas) ou mais intervenções de manutenção ou atendimento de suporte técnico em um período de 60 (sessenta) dias.

7. Na reposição de qualquer dos produtos, durante a vigência da garantia, havendo a descontinuidade tecnológica de componentes de software, a CONTRATADA deverá substituí-lo por outro que atenda as especificações exigidas no Projeto Executivo e submetê-lo a homologação da ABIN;
9. Os procedimentos cobertos pela garantia descritos acima incluem mão de obra, peças e componentes e, em caso de necessidade de manutenção fora das dependências da ABIN, transportes e seguros também se aplicam, sem nenhum ônus adicional para a CONTRATANTE;
11. O atendimento no período coberto pela garantia descrita acima deverá ser realizado, em no máximo 2 (dois) dias úteis, contadas a partir do comunicado formal;
13. A garantia deverá cobrir defeitos de fabricação e materiais e componentes empregados na produção dos dispositivos;
15. Todas os itens substitutos deverão apresentar padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos utilizados na fabricação daqueles originalmente entregues;
17. O descumprimento das regras constantes neste Termo de Garantia sujeitará a responsável às penalidades legais e contratuais previstas.

Brasília-DF, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20\_\_.

Nome

Cargo/Função

Empresa

#### ANEXO IV - MATRIZ: LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS (LGPD)

Procedimentos para verificação do cumprimento das disposições estabelecidas pela Lei nº 13.709/2018 (LGPD) nas contratações que envolvam o uso compartilhado de dados necessários à execução de ações de inteligência	
Detalhamento do item da PNI que permite o tratamento de dados pessoais (sem consentimento do titular)	Redija aqui.
Relação dos requisitos a serem observados para uso de dados pessoais (LGPD)	Descrição das ações que visam a adequação com os requisitos estabelecidos (conformidade com princípios da LGPD)
Propósitos legítimos, específicos, explícitos	Redija aqui.
Abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades	Redija aqui.
Utilização de medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados	Redija aqui.
Observância e cumprimento das normas de proteção de dados pessoais	Redija aqui.

#### ANEXO V - ORDEM DE SERVIÇO

##### IDENTIFICAÇÃO

Nº da OS / OFB:				
Data de Emissão:				
Emergencial:	( )	Sim	( )	Não
Área Requisitante da Solução:				
Nome do Projeto:				
Sigla:				
Contratada:				

<b>Contrato nº:</b>	
---------------------	--

### ESPECIFICAÇÃO DOS PRODUTOS / SERVIÇOS E VOLUMES

Id	PRODUTO / SERVIÇO	MÉTRICA	QUANTIDADE	PREÇO
1				
2				
3				
<b>TOTAL:</b>				

### INSTRUÇÕES COMPLEMENTARES

Digite aqui o texto... ....

Digite aqui o texto... ....

### CRONOGRAMA

Id	TAREFA	INÍCIO	FIM
1			
2			
3			

### DOCUMENTOS ENTREGUES

Digite aqui o texto... .... [SE HOUVER... apagar esta seção caso não seja entregue documentos]

Digite aqui o texto... .... [SE HOUVER... apagar esta seção caso não seja entregue documentos]

### DATAS E PRAZOS

<b>Data Prevista para Início dos Produtos/Serviços:</b>	
<b>Data Prevista para Entrega dos Produtos/Serviços:</b>	
<b>Prazo Total do Contrato (com a garantia):</b>	

O presente documento segue assinado pelo Fiscal Requisitante da Solução, Gestor do Contrato e Preposto da Contratada.

Documento assinado eletronicamente



Setor Policial Sul, Área 5, Quadra 1, - CEP 70610-905 - Brasília/DF -